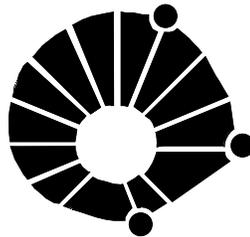


**TEXTOS NEPO 27**

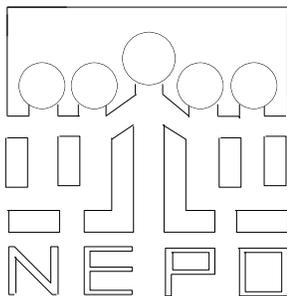
**RAZÃO E EMOÇÃO  
NA UNIÃO CONJUGAL**

**Maria da Conceição Quinteiro**



**UNICAMP**

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
julho/2016



Núcleo de Estudos de População - NEPO  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Caixa Postal 6166 - CEP: 13.081  
Campinas, SP - BRASIL

REITOR  
Carlos Alberto Vogt

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE  
José Martins Filho

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO  
Adalberto Buono Maurizio Sacchi Bassi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO  
José Dias Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA  
Armando Turtelli Junior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO  
Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS  
Cesar Francisco Ciacco

COORDENADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO  
Elza Berquó

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Quinteiro, Maria da Conceição.

Razão e Emoção na União Social/ Maria Conceição Quinteiro. -  
Campinas: UNICAMP/NEPO, 1993.

(Textos Nepo, 27)

1. Casamentos. 2. Comunicação Afetiva. 3. Intimidade Conjugal. I.  
Título. II. Série

#### ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Casamentos 301.422
2. Comunicação afetiva 301.422
3. Intimidade Conjugal 301.422

# RAZÃO E EMOÇÃO NA UNIÃO CONJUGAL\*

Maria da Conceição Quinteiro\*\*

---

\* Este texto foi extraído da tese "União Conjugal: a Grande Busca", apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de doutora em Ciências, na área de concentração de Sociologia.

\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP.

## TEXTOS NEPO

Responsável: Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

Apoio Técnico

Setor de Informática: Maria Aparecida Vaz Gama Correia

Setor de Documentação: Lana Mara Fernandes de Menezes

*À memória de Páscoa.*

## RESUMO

Contra os constrangimentos sociais, o casal torna-se o **locus** da manifestação de todos os tipos de sentimentos. No casal o diálogo e a liberdade devem comandar o dia-a-dia, para assim, obter-se a procurada união afetivo-sexual, prazerosa e permanente. Homens e mulheres portam necessidades emocionais semelhantes, tanto é que, na comunicação afetiva, razão e emoção são unificadas. O casal pode reelaborar, dialogicamente a situação conjugal e alterá-la para atingir aquela conjugalidade buscada. Uma série de ações e respectivos sentimentos se desenvolvidos podem propiciar a efetivação da união afetivo-sexual, prazerosa e permanente, conforme o testemunho dos entrevistados. Neste sentido as distinções de classe social, de idade e de gênero não são visíveis, pois no plano do que deve ser feito, necessidades humanas e suas soluções circulam semelhantemente pela sociedade. As distinções, com certeza, são observáveis nos significados e na concreção cotidiana daquelas ações.

## ABSTRACT

Nowadays, couple as a **locus** of emotional security comes forth against the social constraints. Within couple the fellows look for an affective-sexual, pleasant and permanent conjugal union. This is only possible if freedom and dialogue are constantly present in the couple in the conjugal union. On the other hand, emotions and wants are intrinsic to men and women, so rationality and emotionality come together in female and male behaviour. Within a couple emotion and reason are unified. The people interviewed have similar opinions about the feelings and actions to achieve and affective-sexual, pleasant and permanent conjugal union. Therefore, there are no differences in terms of gender, social class and age. It's certainly due to the fact that these opinions concern ideal actions and feelings. The differences in gender, age and social class, will certainly be found in the practice of everyday conjugal arrangements and in the meanings of the actions.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
I - O CASAMENTO MODERNO.....	17
II - A PROCURA DO PARCEIRO AFETIVO-SEXUAL .....	24
III - OU O PARCEIRO OU A SOLIDÃO .....	26
IV - QUE SE DEVE FAZER?.....	31
Comunicação afetiva.....	41
O tempo afetivo .....	44
V - RETRADUÇÃO DOS SIGNIFICADOS .....	50
Usos da liberdade individual .....	52
Ausência de novidades.....	58
Fidelidade conjugal versus liberdade individual.....	61
União prazerosa versus cotidiano.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXO .....	73

## INTRODUÇÃO

### I

A união afetivo sexual prazerosa e permanente, se focalizada do ponto de vista da dicotomia entre razão e emoção, encerra conteúdos conflitantes, pois as duas proposições - prazerosa e permanente - sob esse enfoque obedecem a lógicas distintas inconciliáveis.

Outrora, ao casal cabiam as funções de reprodução biológica e social da sociedade, as manifestações afetivo-sexuais eram próprias de instâncias externas ao seio conjugal. Com o advento da modernidade, um dos traços da laicização da ética conjugal, decorrente do desencantamento do mundo, refere-se ao afrouxamento do dever procriativo e a conseqüente entrada em cena do sentimento amoroso na escolha conjugal e da liberdade para a manifestação das emoções eróticas entre os cônjuges.

A partir da livre escolha individual dos parceiros, a união conjugal baseada no amor, mantém relação direta com a crescente individualização dos sujeitos e racionalização da sociedade. Em conseqüência, a união conjugal é sobremaneira valorizada, pois supre, por um lado, a ausência ou o enfraquecimento da cooperação e solidariedade sociais, por outro, constitui um aconchego para o indivíduo vulnerável aos constrangimentos sociais, cioso de segurança emocional para o tão caro desenvolvimento da própria individualidade. Assim, valorizada, a união conjugal como lugar de expressão afetiva, por excelência, torna-se responsável pela consolidação e ruptura das uniões, uma vez que, não é mais o patrimônio o critério de escolha conjugal, nem a duração é a indissolubilidade da união, outrora circunscrita ao ciclo biológico do casal, mas é o sentimento amoroso que une o casal, este determina a escolha e a duração da união.

O casal enquanto nicho da manifestação das emoções de todos os tipos, aquela concepção da dicotomia entre razão e emoção, agora, não faz sentido. A emoção é trazida do exterior para o interior da união conjugal e concilia-se com a razão, agora, ambas unificadas. O homem da época burguesa é também portador de uma realidade emocional, capaz de discernir, consoante seus sentimentos e razões próprias.

Assim, endossamos a perspectiva da unificação entre razão e emoção, sob o quadro conceitual teórico da sociologia, ciência, por excelência, que se relaciona com os problemas da sociedade e com a problemática da racionalidade.

## II

A presente investigação tem a preocupação de compreender a união conjugal, do ponto de vista das ações, que os parceiros afetivo-sexuais consideram indispensáveis, para a consecução de uma união afetivo-sexual prazerosa permanente.

A pesquisa empírica, propriamente dita, contempla as opiniões sobre aquelas ações referidas acima, do homem e mulher contemporâneos da geração do pós-II Guerra Mundial.

A união afetivo-sexual, por ser considerada uma necessidade social, estigmatiza quem não estiver unido conjugalmente, pois não participa das finalidades da união conjugal, as quais asseguram a reprodução biológica e social, as alianças familiares, os círculos de amigos, linhagens e patrimônios. Pelo fato do casamento formar a base da família tornou-se também objeto de legislação, inicialmente canônica depois, também, civil, quando os estados nacionais a partir do século XVI, legislaram sobre essa matéria. Acompanhando o desenvolvimento da sociedade burguesa, a união conjugal vem se constituindo, também, em um nicho por excelência da expressão dos sentimentos afetivos dos parceiros conjugais, tornando-se, portanto, uma necessidade emocional, refúgio contra os constrangimentos sociais. E, essa necessidade aumenta a procura do parceiro para suprir tais exigências, que nunca serão totalmente satisfeitas numa sociedade que tem na insatisfação a alavanca para o seu desenvolvimento e reprodução. Por outro lado, os seres humanos procuram no outro, algo de que necessitam, para que fiquem menos incompletos, como afirma Durkheim ao fazer a apologia à sociedade conjugal, algo para se completarem mutuamente e atenuarem o sentimento de insuficiência (DURKHEIM, 1978).

Na união conjugal da época moderna os parceiros podem expressar todos os tipos de sentimento, já que na sociedade burguesa o mundo emocional passou a ser cultivado conscientemente. Assim, o indivíduo emocionalmente emergente encontra no aconchego familiar, do início da família burguesa, por volta do século XVIII, as condições para o desenvolvimento da sua intimidade e personalidade emocional. Mais tarde, o grupo familiar deixa de oferecer aos seus membros a interioridade necessária para o cultivo daquela personalidade emocional, porque conforme aponta Habermas (1984) há um momento no processo de consolidação da modernidade (processo em constante avanço) quando o Estado e a Sociedade se interpenetram e aquela esfera da intimidade é abolida. A privacidade da esfera íntima é

ilusória ao ser transformada numa comunidade de consumo dependente de instâncias extra-familiares. A esfera íntima aparente é reduzida ao próprio indivíduo. Acreditamos que tanto o esvaziamento da esfera familiar íntima como a ênfase no membro familiar individual favorecem a ideia de que no casal resista aquele nicho da interioridade perdida, ainda que, aparentemente, possa ser mera ilusão.

Para a consolidação do projeto da burguesia foi necessário a gestação de um caráter racional no modo de pensar e agir que suplantasse as paixões, ou seja, a paixão, a expressão desenfreada das emoções. A expressão pura, sem mediações, não compõe o cenário emocional da modernidade. Aqui, as mediações entre natureza e ações se fazem presentes. Para a consecução desse projeto era necessário a harmonia entre a razão e a emoção para o desenvolvimento de todas as capacidades do indivíduo.

Aliás, à guisa de ilustração, vale ressaltar que na Idade Média o Cristianismo combateu apaixonadamente os malefícios da paixão. Nessa época, o homem carecia do refinamento emocional próprio da sociedade burguesa e o combate tinha por alvo, não a sofisticação e a sutileza de uma sexualidade sublimada, mas aquela que Weber denomina "não emancipada do ciclo da velha existência simples e orgânica do camponês" (WEBER *apud* HERTH; MILLS, 1971). Com o advento da modernidade, a sexualidade sublimada em erotismo, torna-se uma "esfera cultivada conscientemente e por isso não rotinizada" (WEBER *apud* HERTH; MILLS, 1971, p.394).

A sexualidade natural e orgânica expressava-se através do sentimento de concupiscência combatido como coisa do demônio. Nesta pugna o casamento aparece como antídoto e refrigério para arrefecer os ardores concupiscentes. Santo Agostinho e São Paulo, entre outros, consideravam o casamento como o mal menor, neutralizava a concupiscência porque dirigia a voluptuosidade para o bem da procriação (ARIÉS, 1985, p. 50-54).

Na batalha contra as emoções ardorosas entram em cena, por volta do século XVII, os puritanos os quais resgatam das éticas estóica e platônicas argumentos para um projeto de **constância emocional e moral**, ou seja, o controle da emoção, quer dizer, paixões desenfreadas, a favor da razão. Esta ética conforme Leites (1987) propugnava por: firmeza emocional e autocontrole em oposição à oscilação do temperamento; redução do auto-envolvimento e da intensidade da emoção, para que cada um de nós seja cômico dos sentimentos do outro. Apesar disso, quando se tratava do casamento, a emoção não deveria ser reduzida, e nem descuidada a atenção de um cônjuge para com o outro cônjuge. O casamento era tido pelos puritanos como o lugar onde se expressava o que havia de mais íntimo e central na vida das pessoas.

A ética da constância era uma nova concepção e prática do relacionamento humano. Cada qual

deveria manter consigo mesmo, tanto os sentimentos intensos como os negativos, os gestos e ações que perturbassem os outros. O aprimoramento das maneiras de ser, agir e pensar a relação social, assim como a constância e o bom humor, tiveram papel importante na construção do indivíduo moderno como realidade emocional. Nessa nova concepção de relacionamento humano, vale ressaltar a exemplaridade do sistema de casamento malthusiano, segundo Macfarlane. Neste, a premissa básica consiste no fato de que existe um profundo afeto entre o casal e, neste sentido, a procriação deixa de ser sua principal finalidade. A companhia e amizade contra a solidão e a favor da convivência mútua compõem o conforto requerido para a vida conjugal, além, é claro, da existência de condições materiais satisfatórias. O equilíbrio entre paixão e interesse, impulso e cálculo, é a chave do casamento prazeroso e duradouro; o afeto pode se fortalecer numa união conjugal confortável.

O indivíduo enquanto categoria social, é portador de um domínio pessoal e interior, de uma vontade própria que o capacita para escolher os rumos da sua vida e, também, o seu parceiro sexual-afetivo, baseado no sentimento pessoal, não mais seguindo as regras de parentesco limitadas às restrições biológicas, nem pelas regras de status que suplementam as regras de parentesco (MACFARLANE, 1990). Isto porque, no plano mais geral das relações sociais, a partir da modernidade o "artifício natural", isto é, aquilo que é dado pela condição do nascimento, ou por alguma instância divina, começa a ser destruído (HELLER, 1988).

E, desta maneira, tal desarticulação, irá permitir a mobilidade social e a liberdade de ação, em tese, iguais para todos. Assim, emerge uma sociabilidade permeável a condutas divergentes (TOCQUEVILLE, 1969). Isto significa que é possível a superação, a crítica e o questionamento de tudo que é vigente.

Num rumo similar de interpretação da significação da modernidade na relação humana, entre os homens e, com o mundo Heller (1988), assinala que a emergência da consciência da **contingência** contra a **sina** do nascimento das formações pré-modernas; significa a passagem, da visão de mundo calcada na imutabilidade social e pessoal, na sina do nascimento, para a visão calcada na **contingência**. Esta é contextual, expressa uma nova situação e consciência, pois é responsabilidade da pessoa transformar sua contingência em seu destino. O destino deve e pode ser capturado entre as inúmeras possibilidades, diferentemente da sina que era quem determinava as possibilidades. Na modernidade vige a reciprocidade simétrica que é fundada na liberdade, no diálogo e na compreensão mútua, e disto resulta que as pessoas podem se autodeterminar e transformar a **contingência** em **destino**, quando fazem a melhor escolha dentro do possível e quando realizam aspirações voltadas para os valores universais:

conhecimento, liberdade, honestidade, sensibilidade etc.

Aquele indivíduo da ética puritana que preservava para si os sentimentos e ações intensos e negativos para resguardar o **bem-estar do outro**, transforma-se, neste século XX, num indivíduo voltado para si, convivendo com o antagonismo de se resguardar contra o outro, não obstante necessitar cada vez mais deste outro. Emerge uma nova personalidade dominante, característica do homem moderno do século XX. O indivíduo moderno consolida uma maneira de ser, agir e pensar, consoante com o momento histórico da sociedade burguesa. A essas maneiras poderíamos denominar personalidade dominante, expressadas numa síndrome de ações voltadas para a satisfação de interesses e necessidades próprias a cada indivíduo. Suas manifestações mais visíveis consistem no resguardo do indivíduo contra os outros, mas cioso da necessidade de constantes e diversificados contatos e de novas experiências que permitam o desenvolvimento da sua individualidade e o seu aprimoramento emocional. A liberdade individual é fundamental para o desabrochar das potencialidades intelectuais e emocionais. A aparência, as sensações, as impressões provocadas nos outros e o imediatismo para obtenção de gratificações sempre renovadas completam o quadro dessa personalidade dominante. Os próprios sentimentos e emoções são para o homem atual a medida de avaliação do mundo, dos outros e de si.

Nesse processo de individualização, paulatinamente, foi gestado o sentimento de vulnerabilidade das pessoas e de medo do fracasso quanto ao sucesso pessoal e profissional almejados. Por isso, a união conjugal constitui-se no locus do afeto e segurança das pessoas. O casal enquanto unidade de expressão de sentimentos amorosos é fundamental para suportar o dia-a-dia rotineiro. Para Lemaire (1988), o casal é basicamente resultante de laços afetivos, **instância refúgio**, onde cada parceiro pode viver seus desejos e satisfazer necessidades afetivas, inclusive as infantis, que não são possíveis de se realizar nos demais grupos sociais e instituições. Assim, se o casal constitui uma unidade de expressão das emoções, é possível a compatibilização entre razão e emoção.

### III

Nessa relação de emoção e razão, acreditando na incompatibilidade de ambas, no casamento, Weber apontou que o casamento, por implicar na indissolubilidade e em responsabilidades, transformou-se numa forma de vida estranha à sexualidade apaixonada. A constância rotineira não é flexível, não tem a necessária leveza e delicadeza da comunicação erótica (WEBER, 1971, p. 382-400).

Do ponto de vista das éticas estóica e puritana e do modelo malthusiano de casamento, houve uma aposta na possível conciliação entre prazer erótico e o pesado cotidiano. Nos dias de hoje, o modelo

de conjugalidade disseminado pelos meios de comunicação de massa - novelas, revistas femininas e para jovens -, quando tratam de assuntos afetivo-sexuais, parte do princípio de que é possível uma conciliação das duas instâncias, propondo inclusive técnicas e maneiras que ajudam a encontrar a tal conciliação.

Do ponto de vista da teoria dos sentimentos de Heller, a emoção é racional porque é cognitiva e situacional e seu significado é atribuído pelos parceiros, daí ser possível a ocorrência das mudanças que a busca pelo consenso suscita em cada um dos parceiros. Para Heller (1985) não há ação sem sentimento, ou seja, sem a implicação (envolvimento) no objeto da ação, por isso, o fato de uma ação ser emocional não é necessariamente irracional. As ações emocionais são irracionais quando as emoções nos fazem agir contradizendo "normas e regras" aceitas numa situação determinada. Quando as éticas puritanas e cristã medieval condenavam as emoções apaixonadas e relegavam o casamento ao antídoto regularizador de excessos emocionais era porque as "normas e regras" orientavam as ações das pessoas na direção do comedimento emocional. Neste sentido, quem ousasse manifestar emoções apaixonadas na situação conjugal, não só sua alma arderia no inferno como estaria agindo irracionalmente.

A argumentação de Heller sustenta que o sentimento não pode ser separado nem da situação na qual ele deve se manifestar, nem do conhecimento, isto é, do processo de aprendizagem e interiorização de normas sociais, no qual os sentimentos são produzidos juntamente com suas expressões. Ao nascer o homem interioriza e aprende todas as tarefas da sua época-linguagem, trabalho (objetivações), normas etc - e isto constitui o mundo próprio do sujeito. As capacidades de sentir, pensar e agir são inatas, mas de que nada adiantarão nesse mundo próprio se o homem não aprender a usar essas capacidades. Sentir não é aprendido, mas cada sentimento está relacionado com a aprendizagem: aprendemos o que sentimos porque o homem não é guiado pelos instintos. Com a aprendizagem dos sentimentos aprendemos suas expressões e sua valoração (significação). Como sentir é estar implicado (envolvido) em algo, mediante a implicação o sujeito valoriza a seu modo o mundo em que vive. O sentimento é aprendido e se manifesta idiossincraticamente, de acordo com a situação, o sentimento é, portanto, cognitivo, situacional e idiossincrático. Somente com a aprendizagem é que diferenciamos os sentimentos, ou seja, com o seu conhecimento, a sua conceituação, isto porque o sentimento só existe devido ao conhecimento que temos dele. A sua conceituação é o que o faz ser sentimento. Desta maneira, pensar e sentir, conhecimento e sentimento, emoção e razão compõem um processo unificado.

Como já apontamos, Weber aceita como um fato a oposição entre razão e emoção. Para ele as ações racionais são próprias da vida cotidiana do "homem especialista vocacional". Em se tratando de uma relação afetivo-sexual, a tensão entre pensamento e emoção se torna mais intensa. Com o advento do

erotismo é possível a entrega dos parceiros, a qual significa oposição radical à racionalidade, funcionalidade e generalidade (qualidades próprias do casamento regulado para o cotidiano). O "amante considera-se preso à essência da verdadeira vida, que é eternamente inacessível a qualquer empresa racional. Sabe-se livre das frias mãos ósseas das ordens racionais, tão completamente quanto a banalidade da rotina cotidiana" (WEBER, 1971, p. 395-398). Portanto, como a união conjugal pertence à esfera da rotina cotidiana, aquela entrega não se coaduna com as responsabilidades matrimoniais prosaicas. A emoção, dificilmente, será na união conjugal exercitada em toda sua grandeza. Ao contrário, Durkheim (1978, p. 27) acredita que a sociedade conjugal pressupõe uma certa harmonia de pensamento e sentimento, de maneira que homem e mulher possam se procurar com paixão e se completarem.

Obter uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente é possível da perspectiva da unificação de emoção e razão. A maneira, como o casal estabelece sua comunicação afetiva é fundamental, na construção dessa conjugalidade prazerosa. No exercício da ação comunicativa, conforme a teoria da ação comunicativa de Habermas (1987, p. 15-69) tal construção se torna viável. A razão comunicativa é formada no processo de interação dialógica entre os interlocutores de uma determinada situação. A interação pressupõe o procedimento argumentativo fundamentado, ou seja, as emissões dos interlocutores são suscetíveis de pretensão de validade, isto é, de crítica e questionamento. Por isto, a racionalidade comunicativa consiste numa negociação infundável e numa liberdade total de expressão. Ambas, negociação e liberdade fundam o consenso resultante da interação dialógica. Esta se dá numa situação da ação que é o centro do "mundo da vida". Este conceito significa o cotidiano vivido intimamente pelos atores, local onde as subjetividades se manifestam. O "mundo da vida" é regido pela razão comunicativa, embora a razão instrumental predominante nas outras esferas da sociedade seja referência obrigatória para a valorização das situações vivenciadas pelos interlocutores. Na razão comunicativa não há significado implícito na ação, ou seja, para cada ação é atribuído um significado pelos atores. Na ação comunicativa, razão e emoção não se opõem. Como sentir é estar implicado (envolvido em algo), a significação da ação é atribuída conforme o envolvimento do ator no objeto do seu envolvimento.

A importância da razão comunicativa para o nosso tema é devida porque a situação conjugal é uma situação de ação, por excelência, para a interação dialógica. Cada parceiro conjugal apresenta uma afirmação fundamentada acerca de opiniões, fatos, normas e vivências. Cada afirmação deve ter uma pretensão de validade, isto é, deve ser criticada, aceita ou rejeitada. Nada é imposto, pois livremente os parceiros neste procedimento buscam o consenso. Na razão comunicativa não há nenhuma verdade, norma e valor dogmáticos, o casal constrói tantas verdades quantas forem necessárias para a consecução

da união afetivo-sexual prazerosa permanente.

#### IV

A hipótese central deste trabalho consiste no fato de que todos, homens e mulheres, buscam uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente. A valorização da união conjugal independe da desvalorização da legalização da união conjugal.

Os indícios observados em localidades dos países altamente desenvolvidos, do indivíduo isolado, na privacidade de quatro paredes, procurando o outro pela comunicação virtual **on line**<sup>1</sup>, ainda são insuficientes para derrubar esta hipótese.

O crescimento das uniões consensuais e as coabitações pré-matrimoniais atestam que busca. O aumento das taxas de divórcios e separações, podem aparentemente contraditar tudo isso, mas na nossa avaliação, uma vez que, o casal constituído sob a égide do amor romântico e bem-estar afetivo-sexual, a busca incessante de uma união-sexual prazerosa, rompe a indissolubilidade conjugal de outrora e os laços que uniam as gerações. O casal torna-se o esteio da família unida e responsável pela família desunida. Viver satisfatoriamente a união conjugal é o antídoto para evitar uma possível ruptura. A duração da união em contrapartida à indissolubilidade é um novo sentimento, não mais fundado no ciclo biológico dos parceiros. Necessita de um tipo de conjugalidade mais responsável e cuidadoso, condizente com a dessacralização do vínculo conjugal. Os parceiros não se encontram por acaso. O encontro está associado a alguns fatores, que orientam o rumo dos candidatos, como a factibilidade, desiderabilidade, disponibilidade, probabilidade e idade dos parceiros conjugais. Estes pertencem a grupos sócio-culturais e profissionais, a escolha do parceiro vai na direção daquele que é possível compartilhar a mesma intersubjetividade, isto é, de um patrimônio comum de saber, sem o qual as pessoas não se entenderiam.

A pesquisa empírica pautou-se por entrevistas qualitativas com homens e mulheres, nas idades de 20 a 50 anos, portanto, geração pós-II Guerra Mundial, das camadas sociais alta, média e populares, na cidade de São Paulo, durante a primavera de 1991. Através das entrevistas apreendemos a noção do casal e as opiniões sobre **o que se deve** fazer, para efetivar aquela união afetivo-sexual prazerosa e permanente.

Na definição de classe social associamos o conceito de **situação de classe** - atores com as mesmas chances de mercado de bens e trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências sociais - com o conceito de **grupo de status**, que encerra a dimensão simbólica na relação entre os atores, isto é,

---

<sup>1</sup> Quanto a comunicação virtual on line em curso, em alguns grandes centros urbanos do mundo desenvolvido, ver

manifesta-se nas maneiras de usar bens materiais que a situação de classe propicia (WELLER, 1971, p. 210-230).

Não descartamos a relação dos atores com a sua posição no sistema social, mas, a relativizamos, pois, os atores não se limitam a agir como mera reação às situações que vivenciam, quer dizer, eles não agem, pura e simplesmente, em resposta direta à posição que ocupam, porque eles também produzem, participam da elaboração das situações vivenciadas.

A decisão de entrevistar homens e mulheres se deu levando em conta que ambos tiveram uma socialização sexista. Foram educados sob e para a preservação de valores e maneiras convencionadas como próprias de um e outro sexo, ou uma socialização "dirigida à formação de um **ethos** próprio de cada sexo" (TRIGO, 1989, p. 50). Por isso, homem e mulher, dada essa distinção na educação, inclusive na educação emocional, acabam sendo portadores de maneiras específicas de compreender, sentir e de agir.

Não pretendemos confrontar homens e mulheres diante de concepções "modernas" e "tradicionais" da relação homem/mulher na vida conjugal. Ou seja, a questão da complementaridade de papéis, bem como a sua igualdade, não fazem parte do nosso objetivo central, embora tenha pertinência na reelaboração das realidades específicas a cada sexo. No nosso entender há sutilezas de outra ordem que permeiam a relação do casal que denotam opressão/desigualdade, ou igualdade/liberdade, entre os parceiros, que calam fundo, como por exemplo, projetos parciais não explícitos, para uma situação; a busca do consenso, para outra.

A distribuição dos entrevistados por coortes de idade foi feita para verificar se os entrevistados, nascidos em momentos históricos diferentes e vivendo hoje com idades diferentes, apresentam uma variação que significasse modos de compreensão da realidade e da vida conjugal diferentes entre as coortes. Pressupõe-se que as mudanças tecnológicas e econômicas acarretem mudanças nos valores e comportamentos, nos modos de ser, agir, sentir, pensar; estes, evidentemente, mudando menos rapidamente do que aquelas.

Do ponto de vista demográfico as coortes de idades, de acordo com Goldani (1990), "não causam mudança, mas a possibilitam, na medida em que cada nova coorte é um possível intermediário no processo de transformação", ou seja, a coorte de idade exerce uma mediação entre o processo de mudança e as condutas desses indivíduos. Além do mais, se considerarmos que a socialização primária é fundamental para o comportamento do indivíduo ao longo da sua trajetória social, o fato dos

entrevistados terem nascido em tempos diferentes pode suscitar maneiras diferentes de apreensão da realidade, ou não.

\*\*\*\*\*

## **I. O CASAMENTO MODERNO**

A união conjugal buscada, parece ser o local onde o indivíduo pode ficar a vontade, manifestando suas emoções livremente, porque agora ele é o centro de suas preocupações. Com a emergência desta concepção, surge um modelo de união conjugal que Macfarlane (1990) denominou de modelo malthusiano de casamento. Baseava-se na premissa de um profundo afeto a unir o casal. A procriação, assim, deixa de ser o principal objetivo do casamento. A companhia e a amizade, uma para atenuar a solidão, a outra para favorecer a convivência mútua, são componentes do conforto que cada um dos parceiros deve propiciar ao outro. A monogamia; a pretensão de uma relação igualitária entre os sexos; a individualidade; a liberdade para, se for o caso, um novo casamento; a residência independente para os cônjuges; uma contribuição equitativa para o dote conjugal; a escolha individual do parceiro, são os pressupostos do "sistema de casamento malthusiano" (MACFARLANE, 1990, p. 49).

O equilíbrio entre desejo e razão, impulso e cálculo, paixão e interesse, deve ser procurado e é altamente desejável, porque o casamento não pertence à ordem natural das coisas, ao contrário da concepção católica, assim como também não é natural que perdas ultrapassem os ganhos. Por isso, segundo este "sistema", é de bom alvitre considerar os custos e os benefícios da futura decisão. O casamento deve também basear-se no amor. O vínculo forjado na união conjugal deve ser visto como o aspecto mais importante da vida das pessoas.

Quanto à mulher, tratada isoladamente dentro desse sistema, seria uma parte complementar, um segundo eu, e apesar de ser considerada como detentora de personalidade própria, seria a outra metade para completar o homem, tornando-se uma pessoa inteira só com o casamento.

Na lógica do casamento malthusiano, a sociedade encontrou mecanismos para que o amor romântico não constituísse uma força devastadora que impedisse a realização de um casamento "apropriado", onde se concilhassem o desejo e o cálculo. Os propósitos do casamento estavam circunscritos à satisfação das necessidades psicológicas, sociais e sexuais dos indivíduos. Os filhos eram tidos mais como uma consequência do que causa, ao contrário dos preceitos católicos cujo propósito

matrimonial principal consistia na procriação.

O sistema de casamento malthusiano é próprio do impulso da industrialização e da urbanização que floresceram no capitalismo do século XIX, sem que houvesse, entretanto, uma conexão determinante entre ambos. Parece paradoxal que a paixão sexual e o "amor" tenham se desenvolvido e expandido sob as exigências do capitalismo, uma vez que esta esfera, a da emoção e dos sentimentos, é ameaça à, e ameaçada pela "racionalidade das metas econômicas dos indivíduos" (MACFARLANE, 1990, p. 330). Este paradoxo é respondido pelo próprio Macfarlane. A esfera dos sentimentos, da paixão, uma vez domesticados e disciplinados, transformou-se em elemento dinâmico essencial ao sistema capitalista. O amor romântico e o capitalismo têm muito em comum, pois ambos fundam-se na escolha individual, na posse, na propriedade e na livre iniciativa (MACFARLANE, 1990, p. 331).

O sistema de casamento malthusiano repousava em quatro pilares: numa ética acumulativa que justificasse e implementasse o lucro; numa sociedade hierarquizada mas móvel para permitir a mobilidade das pessoas; numa sociedade do contrato, protegida pelo governo e pelas leis; num padrão elevado de vida das famílias para despertar nas pessoas o gosto pelo conforto, de tal maneira que os jovens de bom grado retardassem o casamento.

Em linhas gerais o modelo de casamento, no alvorecer do século XX, consta dos seguintes requisitos: amor romântico, isto é, a escolha do cônjuge respaldada pelo sentimento pessoal em associações com a família nuclear; o relacionamento do casal a partir de um profundo vínculo entre os cônjuges, tido como o mais importante, onde os parceiros formariam uma fusão de dois corpos, dois corações e duas mentes; a companhia e o conforto mútuo fundando a fusão conjugal.

A união conjugal, pelo que significa do ponto de vista econômico, social e simbólico, é crucial na vida das pessoas neste fim de século. E mesmo que a valorização do vínculo formal esteja em descenso, as uniões conjugais consensuais crescem e ganham sempre maior visibilidade na sociedade.

Aliás, as formas alternativas ao casamento legal, longe de serem um fenômeno recente, coexistem com o mesmo. Pois, uma vez transformado em sacramento pela Igreja nos séculos X, XI e XII, e tornado estado civil pelo Estado, sobretudo após a Revolução Francesa, os casais que não obedeciam aos cânones religiosos e civis, estavam apenas transgredindo a norma oficial, mas utilizando formas alternativas<sup>2</sup>, reforçando a centralidade da união conjugal.

A pesquisa da Foundation European Values Study (KERKHOF, 1993, p. 33) mencionada antes, ao

---

<sup>2</sup> Sobre a formação do casamento - sacramento na Igreja, ver ARIÉS (1985) e Veyne (1991).

comparar a evolução dos valores entre 1981-1990, constata que os entrevistados elegem a harmonia familiar como o segundo valor cotejado, após o valor na manutenção da boa saúde. A maioria dos entrevistados tem preferência pela família nuclear.

O casamento enquanto instituição é julgado, em 1990, menos importante do que em 1981, e por isto cresce a aceitação do divórcio. Das pessoas entrevistadas em 1981, 24% não o justificavam, e em 1990 apenas 16%. Cresce também a aceitação das relações pré-conjugais (prelúdio a formalização do casamento) e as relações extra-conjugais. Embora pareça contraditório entre os requisitos arrolados para a garantia do sucesso matrimonial, a fidelidade é o mais cotado, depois a tolerância, o respeito mútuo e o fato de haver filhos.

De acordo com Lévi-Strauss (1980), a despeito de se observarem muitos tipos de casamento - monogâmico, poligâmico etc. - realizados por intercâmbio, imposição familiar, compra, livre escolha etc., é patente que sempre existiu a distinção entre o casamento, o laço legal sancionado pela sociedade e a união livre destituída de laços. Em outras palavras, em todas as sociedades sempre existiu algum sistema que distingue as "uniões legítimas" das "uniões livres".

A doutrina cristã disciplinou o casamento quanto à indissolubilidade, aos graus de parentesco permitidos na união e quanto ao consentimento dos parceiros para a consecução do casamento. Estas exigências, juntamente com o advento do casamento por amor, foram se solidificando a partir do século XVIII. Isto quer dizer, o consentimento está muito associado à escolha do cônjuge guiada pelo desejo individual dos parceiros em questão.

As formas alternativas restringiram-se desde sempre à não ritualização do matrimônio, seja perante o direito canônico ou o direito civil. A ausência do vínculo legal transformou estas uniões em alvo de estigma social, como atestam suas denominações carregadas de forte conteúdo moral acusatório: "mancebia", "amigação", "amasiamento", "concubinato", "união ilegítima" etc.

A literatura mostra que esta forma de união, na maioria das vezes, prevalecia entre casais em que pelo menos um dos parceiros já tivesse sido casado legalmente e entre solteiros que simplesmente decidiam unir-se, não respeitando a norma vigente por inúmeros motivos que vão da mera desimportância atribuída à norma, dificuldades econômicas, contestação da norma etc. Mas nem por isso deixavam de viver a união conjugal semelhantemente àquelas vividas por pessoas unidas legalmente<sup>3</sup>.

A adoção desse tipo de união foi apanágio das camadas populares desde o Brasil Colônia até por

---

<sup>3</sup> Este aspecto foi apontado por Quinteiro (1990).

volta dos anos 1960, E isto por várias razões. Porque nestas camadas, que pouco tinham a perder, na linguagem dos estudos de comunidade existia "afrouxamento nos laços morais", ou então ausência de recursos para cobrir as despesas requeridas para a celebração do ritual, ou então, porque despossuídos de maiores bens materiais, não necessitavam da lei para garantir sua segurança material futura, contando apenas com suas parcas forças e a fé em Deus por dias melhores, como veremos mais adiante ao abordar os estudos de comunidade.

Após os anos 1960, entra no cenário da vida conjugal o crescimento do número de divórcios e separações nos países desenvolvidos. E no Brasil a união que até então fora estigmatizada socialmente, surge agora e difunde-se com força redobrada nas camadas médias e com novas denominações - união consensual, coabitação etc. - mais condizentes com o momento de contestação e flexibilização dos valores tradicionais. O aparecimento da pílula anticoncepcional e a quebra do tabu da virgindade feminina marcam, juntamente com outros fatores, esse momento fervilhante de contestações do **status quo** em todos os níveis.

**TABELA 1 – Taxas de separação e divórcios para alguns países europeus - 1965-1985**

PAÍSES	1965	1970	1975	1980	1985
Finlândia	13.7	17.1	25.8	27.3	-
Noruega	10.2	13.4	20.7	25.1	32.6
Inglaterra e Gales	10.7	16.2	32.1	39.3	43.5
Suécia	17.8	23.4	49.9	41.2	45.5
França	10.7	12.0	15.6	22.2	30.8
Países Baixos	7.2	11.0	20.0	25.7	34.4

Fonte: Lazo (1991).

**TABELA 2 – Proporção de separações e divórcios em relação aos casamentos formais para o Estado de São Paulo - São Paulo - 1980, 1985 e 1989**

	SEPARAÇÕES	DIVÓRCIOS	CASAMENTOS
1980	5,30	2,42	206,238
1985	13,93	6,10	217,747
1989	15,20	13,00	205,435
<b>Total</b>	11,62	5,80	
	248.024	123.259	2.134.251

Fonte: Registro Civil da Fundação SEADE. Estatísticas Vitais do IBGE. (Dados cedidos pela Fundação Seade).

A união conjugal, não se dá ao mero acaso, conforme Ruth Dixon (1978), um casamento só se

concretiza na presença de três fatores associados. O primeiro se refere à **factibilidade** dos cônjuges, ou seja, deter condições econômicas que permitam a consecução do casamento. Decorre do grau de segurança econômica considerada necessária pelo grupo social. O segundo refere-se à **desejabilidade** da união, que decorre de como as condições materiais influenciam o desejo de casar ou não. O casamento é mais desejável numa classe social com maiores necessidades econômicas. Já onde existem oportunidades de emprego e boa remuneração haveria um certo retardamento na idade considerada oportuna para o casamento. O terceiro diz respeito à **disponibilidade** de homens e mulheres. Com escassez de um ou de outro, ou desequilíbrio nas razões de sexo, haveria inevitabilidade para o celibato. Lévi-Strauss (1980), referindo-se à monogamia existente em quase todas as sociedades, e em todos os tempos, afirma que muito longe de estar inserida na natureza do homem, esta prática está diretamente vinculada à disponibilidade de parceiros. De acordo com as estatísticas, há um equilíbrio de 110 sobre 100 a favor de um ou outro sexo, por isso, sob este aspecto, os 10 restantes estariam propensos ao celibato, a não ser que a sociedade permita arranjos, tais como uniões extraconjugais, ou então que a mortalidade diferencial se encarregue de corrigir o desequilíbrio. Na nação Bororo, Lévi-Strauss (1980, p. 20) descobre que um homem que se encontrava sujo, maltrapilho, mal alimentado, triste e solitário, não era um vagabundo ou doente, mas um homem solteiro. Nesta nação, o trabalho era rigorosamente repartido entre homens e mulheres e somente com o casamento ambos poderiam desfrutar do trabalho de um e outro.

Roussel (1980) aponta algumas conjugalidades (maneiras de vivenciar a união conjugal) que compõem modelos múltiplos de casamento, cada qual com a sua importância igual à dos demais, os quais constituem tipos sociais ideais de casamento na sociedade atual francesa.

O modelo **casamento institucional** volta-se sobretudo para salvaguardar a sobrevivência dos membros da família, bem como para assegurar a transmissão do patrimônio material e simbólico às futuras gerações. Mantém no seu interior uma hierarquia rígida de funções distribuídas por sexo; a indissolubilidade conjugal e a escolha dos cônjuges são altamente compartilhadas pela família imediata (de origem). Os interesses gerais do grupo familiar sobrepõem-se aos sentimentos individuais.

No modelo **casamento de aliança**, a felicidade é perseguida e o casamento é tido como o principal acontecimento que fará brotar a felicidade do casal. Acredita-se na harmonia "natural" entre a instituição e a felicidade, entre o casamento e o sentimento amoroso, que deve ser recíproco entre os cônjuges. O sentimento amoroso é o principal parâmetro para a escolha do parceiro conjugal, em detrimento dos possíveis arranjos intra-familiares.

O modelo **casamento-fusão** é atualmente dominante na maioria dos países europeus. A

solidariedade afetiva fundamenta-o, relegando a instituição a um plano secundário. Não a considerando norma legítima, passa a ser mera formalidade, e o casal a utiliza apenas por comodidade social. O casal é a peça-chave, unidos à maneira da fusão. No casal deve prevalecer a igualdade e, por vezes, uma certa indistinção de papéis.

Já o modelo **casamento-associação** ou **compagnonnage** é uma união que prescinde do ato de casar, abolindo-o por ser tido como formalidade dispensável, designado pelo autor de coabitação. Cada parceiro espera obter resultados satisfatórios, uma vez que o casal é frequentemente concebido como uma equipe bem reunida para uma vida agradável. A duração da união é relativamente curta, aproximadamente de cinco anos. Neste modelo, o investimento afetivo recíproco é mais fraco do que no anterior. O casal vive no dia-a-dia gostos e interesses dissemelhantes, participando da rede de relações próprias. Se por acaso decidem ter filhos, o mais comum é partirem para a legalização da união, ainda que seja apenas para justificar a paternidade. A felicidade, embora visada, não é procurada na intensidade afetiva dentro do casal como ocorre no modelo aliança. Há, na verdade, uma certa desconfiança quanto à exaltação amorosa, e, desta maneira, distancia-se do modelo da fusão-amorosa, própria do casamento-fusão. Este modelo é uma forma contemporânea de casamento em que há predominância da razão, porque sua durabilidade está estreitamente ligada às gratificações e vantagens usufruídas na união. Enquanto os parceiros se sentirem felizes a união permanecerá estável. Por outro lado, se algum parceiro se sentir enganado, por quaisquer motivos, o casal perde sua razão de ser. Neste aspecto, a franqueza e a autenticidade dos sentimentos, desejos e feitos dos parceiros são condições básicas para o exercício do casamento-associação.

Elisabeth Badinter (1988) aponta outra modalidade de modelo conjugal. Enfocando diretamente a forma de relação entre os parceiros, o modelo de casamento denominado patriarcal resultava de uma relação entre os cônjuges fundada na assimetria, desigualdade e dissemelhança entre os sexos. A complementaridade de um em relação ao outro era responsável pela harmonia do casal, sendo necessário que um fosse diferente do outro e que fossem impotentes na ausência do outro. O casal era constituído por duas metades complementares.

Vale anotar aqui, como já tivemos oportunidade de observar, que a complementaridade e a desigualdade são atributos sociais, mas neste modelo são concebidos como "naturais", próprios do homem e da mulher. E esta concepção e sua conseqüente prática persistem nos dias que correm. Coincidem com a concepção católica que, segundo Leclerq (1968), define o homem como unidade e indivíduo, dualidade que se manifesta na união conjugal, junção com alguém, que é simultaneamente

semelhante, dissemelhante e complementar. O casamento monogâmico, indissolúvel, baseado no amor e na procriação, é uma "instituição natural", organizada em conformidade com as exigências da natureza. Resulta do livre acordo das vontades dos parceiros e os sentimentos que unem a relação do casal e dos filhos são naturais "porque são idênticos entre os povos primitivos e civilizados" (LECLERQ, 1968, p. 27).

Voltando a Badinter, ao contrário desse modelo de "complementaridade natural", as sociedades democráticas engendram um novo modelo, fundado na semelhança, igualdade e liberdade entre os sexos. A alteridade é reduzida, mas, segundo a autora, não se trata da neutralização do poder sexual, e sim de uma bissexualidade intrínseca comum aos dois sexos, pois o "homem e a mulher se assemelham para ser um e outro" (BADINTER, 1988, p. 44). O casal autêntico só existe se primeiramente existir em cada um dos dois indivíduos que o compõem; o casal significa a união de duas pessoas, não a união de duas metades de uma unidade, mas de dois conjuntos autônomos. Segundo a autora, a curta duração da união deve-se ao fato de que a procura da perfeita unidade é constante, pois os relacionamentos amorosos são condicionados pela necessidade daquela unidade perfeita. Quando a comunicação perfeita entre o casal é afetada, o casal perde a razão de ser.

Este modelo de casamento lança desafios ao casal, nem sempre bem resolvidos: conciliar o amor por si com o amor pelo outro e, segundo, o desafio de negociar os desejos de liberdade e simbiose, adaptando a dualidade de um a do outro. Além destes desafios internos ao casal, há o desafio maior posto pela sociedade em geral, que é o de ultrapassar os obstáculos gerados pela **culturalização do indivíduo**, ou mais precisamente do Ego, que recusa qualquer dose de sacrifício ou de doação de si mesmo que não seja para seu lucro e seu próprio interesse imediato. Os desafios constituem-se em dificuldades para a realização de uma união conjugal, sobretudo a apontada por Banditer. Por isso ela afirma que a lógica dos parceiros "divididos entre nossa vontade de independência e completude, e nosso desejo de fusão ideal, a lógica que preside nossa relação com o outro oscila entre dois extremos: a indiferença e a interferência. Não podendo sentir-me aconchegado contigo, escolho ficar confortável comigo" (BADINTER, 1988, p. 292). Para Badinter, o relacionamento ideal de um casal deve ter por base o diálogo permanente, o respeito e a ternura pelo outro, porque neste tipo de união a igualdade dos parceiros é condição primeira. A negociação é constante entre pulsões, gostos e desejos. Amizade, igualdade, semelhança e liberdade entre os gêneros, acrescidas do afeto e erotismo, são a chave para a manutenção desta "união andrógina".

\*\*\*\*\*

## II. A PROCURA DO PARCEIRO AFETIVO-SEXUAL

É suficiente querer casar para casar? Basta a vontade de ter um parceiro afetivo-sexual permanente e ele bate à nossa porta? É claro que a desiderabilidade joga papel importante na decisão e na busca pelo parceiro. Mas não é suficiente. Após o advento do casamento por amor tem que haver a conciliação, pelo menos no plano teórico, entre os sentimentos do pretendente e os interesses materiais e simbólicos próprios e os do parceiro pretendido. Além disto, a disponibilidade de homens e mulheres no mercado matrimonial, a probabilidade de contato entre homens e mulheres e, por último, a existência de parceiros pertinentes são fatores que condicionam a efetivação de uma união estável.

Desiderabilidade, disponibilidade, probabilidade e pertinência dos parceiros no mercado matrimonial são quatro elementos intimamente imbricados que orientam a procura e a escolha do parceiro. Além, evidentemente, das expectativas individuais, das normas e valores sociais associados à escolha conjugal.

Muitos estudos dão ênfase aos custos e benefícios decorrentes do casamento, como é o caso do trabalho de Singly (1987), que analisa como a vida conjugal pode modificar para a mulher a gestão dos seus bens culturais, econômicos e sociais. Para o autor, a escolha do cônjuge se faz segundo o princípio de equivalência das riquezas masculina e feminina e se "realiza sobre critérios sociais, sejam materiais ou simbólicos". A estes o autor acrescenta a mediação do sentimento que, por ser espontâneo e desinteressado, pode tornar-se um equivalente geral de todas as riquezas, pois há mulheres que preferem as satisfações psicológicas às gratificações sociais" (SINGLY, 1987, p. 13). Esta vertente de compreensão dos critérios de escolha remete diretamente ao casamento de tipo malthusiano, apontado no capítulo anterior.

Uma outra vertente aborda a escolha e o encontro do parceiro, enfatizando a homogamia, a saber, o pertencimento a grupos semelhantes socialmente, como a demarcação das possibilidades da escolha. Aquém e além de tais fronteiras sociais, econômicas e culturais, ficam muito difíceis, não impossível evidentemente, a escolha e o encontro.

Bozon e Héran (1988) analisaram os resultados da pesquisa "Formação de Casais", realizada entre 1983-1984 na França, com 3.000 pessoas com menos de 45 anos de idade e vivendo uma união conjugal. O estudo relaciona as maneiras de encontro (boates, reuniões familiares, escola, trabalho etc.) com as características sociais dos pesquisados. Partem da hipótese de que os encontros não se dão ao acaso, que os pares não se encontram em qualquer lugar. Para os autores a homogamia é importante, e, portanto, é

necessário procurar os mecanismos que orientam os indivíduos na sua direção. Os indivíduos também não se encontram soltos no espaço social, ao acaso. Eles se agrupam em classes sociais, o que por si só favorece a homogamia.

Os autores distribuíram os entrevistados em categorias sócio-profissionais. Constataram que nas categorias sócio-profissionais superiores os encontros acontecem frequentemente em lugares reservados, fechados, festas familiares, casa de amigos, associações profissionais, enfim, locais que possibilitam uma certa eficácia na identificação e seleção do parceiro. Entre as categorias sócio-profissionais mais baixas, os locais, ao contrário, são abertos e públicos. Os bailes em salões, a rua, o comércio, restaurantes, vizinhança etc., são apontados como favorecedores dos encontros as camadas populares.

No Brasil alguns estudos mostram que os critérios de escolha do cônjuge também obedecem às normas sociais da homogamia. No século XIX, Samara (1981) constatou na sociedade paulista que os critérios de seleção obedeciam de maneira rigorosa a raça, riqueza, ocupação, origem e religião do futuro consorte, tanto que muitos casamentos das classes superiores se realizavam entre membros da mesma família. Samara cita interessante conselho dado às boas famílias em 1747, no qual transparece a primazia da igualdade como eixo central da escolha: "[...] uma das coisas que mais podem assegurar a futura felicidade do casal, é a **proporção** do casamento. A desigualdade no sangue, nas idades, na fazenda causam contradição e discórdia [...]" (SAMARA, 1981, p. 20).

A lei garantia para que os casamentos acontecessem dentro da "proporção do casamento". Somente a partir da independência, em 1822, é que deixaram de existir entraves legais aos casamentos desiguais, desde que os pais os permitissem. Nas camadas populares, os critérios eram menos exigentes, porém respeitavam as regras da homogamia, respeitando, portanto, os limites da classe social.

Maria Helena B. Trigo (1989, p. 89), ao estudar os descendentes paulistas da oligarquia cafeeira em São Paulo, constatou que o "par ideal era aquele que, tendo os mesmos valores, interesses e gostos, estava mais próximo e podia ser considerado um igual [...]".

Em estudos recentes sobre São Paulo, Lazo (1991), usando dados da Pesquisa Nacional Domiciliar (PNAD) de 1984, observou a existência da homogamia entre os casais quanto ao nível de instrução. Esta variável foi privilegiada porque traduzia um conjunto de características sócio-econômicas dos cônjuges. Foi associada a outras variáveis, tais como cor da mulher, segundo o tipo de união, segundo a coorte de nascimento da mulher etc. Os resultados que fogem da relação homogâmica são observados nas escolaridades intermediárias, e apresentam uma variação de três anos. Nas faixas superiores e na mínima, não há variação alguma. Homens e mulheres casam-se com iguais independentemente do número de

anos de escolaridade. Quando há variação, são as mulheres que casam em maior proporção com homens de maior nível de instrução, a maioria com no máximo três anos de escolaridade a mais.

Camargo e Oliveira (1977), com os achados da pesquisa realizada no distrito de São Paulo em 1965, revelaram a existência de um padrão de homogamia entre os casais quanto à escolaridade semelhante aos achados de Lazo em 1984. Isto revela a persistência da homogamia, apesar das transformações sócio-econômicas e da flexibilização dos valores, processos que se acentuaram a partir da década de sessenta.

O estudo de Maria Andréia Loyola (1987) feito em 1984, nos municípios de Rio Claro, São Caetano do Sul, Avaré e Itararé no Estado de São Paulo, perseguiu a questão "quem casa com quem?" e revelou a existência da homogamia entre os cônjuges quanto à origem de lugar, área rural ou urbana e escolaridade. Loyola também verificou que quando havia ausência de homogamia a tendência era para a concentração de parceiros em níveis contíguos de escolaridade.

De acordo com o resultado de várias pesquisas em alguns países do Primeiro Mundo, a homogamia tem sido regra predominante na orientação das escolhas dos parceiros, e sob os mais variados aspectos: idade ao casar, procedência geográfica, condição sócio-econômica, status profissional, características físicas, intelectuais, religião, passado familiar etc. Aliás, a procura de parceiros parecidos constituiu o segundo corolário da nossa investigação. Por que a homogamia comanda a escolha conjugal? Porque no nosso entender as similaridades decorrem do compartilhar de uma intersubjetividade (patrimônio comum de saber) sem a qual as pessoas não se aproximariam, não se entenderiam e não se comunicariam emocionalmente. A intersubjetividade compartilhada é o pressuposto para que os parceiros conjugais possam numa interação dialógica, na situação conjugal, reforçar a esfera da emoção e do prazer.

\*\*\*\*\*

### **III. OU O PARCEIRO OU A SOLIDÃO**

O que é importante ressaltar, muito mais do que o tipo de união conjugal e os motivos da escolha e modo de vivê-la, é o fato de que a vida conjugal está cada vez mais valorizada e, nos dias de hoje, é o centro da vida das pessoas em todas as camadas sociais.

Ainda que a profissão, a vida profissional, ganhe a cada dia o foro da reverência, não suplanta a necessidade da vida conjugal, quase como se esta existisse "por natureza". Parece que são raras as

peessoas "vocacionadas" para uma vida de abstinência sexual, atraídas para o celibato definitivo. Este geralmente decorre de necessidades sociais. No passado, nas famílias ricas, em função da partilha dos bens, sobretudo no sistema da primogenitura, o convento e o seminário eram a solução para tal problema. Na atualidade, Bourdieu encontrou o celibato como decorrência também da primogenitura e partilha do patrimônio (SAINT-MARTIN, 1983). Entretanto, seus exemplos, como outros, vão mostrar que o celibato raríssimas vezes é fruto da escolha individual.

As pessoas, na sua grande maioria, desejam, ainda que não o confessem publicamente, encontrar e ter um parceiro afetivo sexual, de preferência fixo "para o resto da vida", pois união mais ou menos duradoura de um homem, de uma mulher e filhos, socialmente aprovada, é um fenômeno universal que se encontra presente em todas e em cada tipo de sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 9), como lembra Lévi-Strauss. Por isto o celibato é socialmente estigmatizado, sobretudo nos lugares de casamento universal, isto é, onde o celibato atinge no máximo 5% da população adulta, como nos países do Terceiro Mundo. O alto desenvolvimento tecnológico, propiciando riqueza e elevando o bem-estar da população, não elimina a vontade das pessoas se unirem conjugalmente, tampouco enfraquece o preconceito em relação ao celibato. O caso do Japão é exemplo significativo: "a ideia do casamento é dotada de tal importância e propósito virtuoso, que uma pessoa celibatária é marcada pelo infortúnio" (DIXON, 1978).

A expectativa de ter um parceiro permanente sexual-afetivo está ancorada, antes de mais nada, no dado estatístico universal de que a grande maioria da população em idade adulta encontra-se em algum tipo de união conjugal.

Goldani (1990, p. 88) mostrou, num estudo com dados de 1984 no Brasil, a distribuição percentual das mulheres de 15 a 54 anos de idade, que alguma vez foram ou são unidas pelo número de uniões: uma união 92.1%; duas uniões 7.3%; três ou mais uniões 0.6%. A autora trabalhou com duas coortes de mulheres. Uma coorte de transição que teve o período reprodutivo anterior a 1965 e marco fatal do início da queda da fecundidade no Brasil; e a coorte pós-transição, de mulheres com taxas posteriores à transição, 1980-84. Observou entre as duas coortes um pequeno decréscimo na taxa de nupcialidade. As taxas de recasamento não corresponderam às taxas de divórcio/separação. Estas cresceram 148%, enquanto os recasamentos apenas 9%, comparando-se as duas coortes (GOLDANI, 1990, p. 86). Contudo, esse descompasso não pode ser lido como uma tendência à recusa voluntária do casamento, mas ser atribuído à razão entre os sexos associada com os grupos etários, aliás pano de fundo que deve ser lembrado na questão do celibato e das chances de união conjugal.

A esta associação, razão entre os sexos e idade, Berquó (1986) atribuiu a causa "solidão", pelo

menos para as mulheres acima da faixa dos 30 anos. A autora trabalhou com os resultados do censo de 1980 para as pessoas declaradas absolutamente sem nenhuma união à data do censo - solteiros, viúvos, separados/divorciados. Com os dados distribuídos numa pirâmide etária por sexo, a "solidão", sobretudo, no caso feminino, aumenta à medida que as pessoas envelhecem. Berquó explica que essa pirâmide resulta do desequilíbrio da razão entre os sexos na população de 15 anos ou mais, para o período de 1960 a 1980, devido a alguns fatores, como a sobremortalidade masculina, crescimento na esperança de vida ao nascer das mulheres (de 6 a 7 anos superior à esperança dos homens) e queda da mortalidade feminina no período de parto e pós-parto.

Seria interessante qualificar estes "solitários" e "celibatários" de acordo com o segmento social a que pertencem, porque, no geral, parece que são as pessoas mais pobres e menos favorecidas pela "sorte". No século XIX, aqui no Brasil, Leite e Massaini (1989) assinalam que havia grande dificuldade de casamento para as mulheres pobres, o que era muito dramático para elas, pois as chances de garantirem a sua sobrevivência e segurança social eram dadas pelo casamento: "órfãs, ou filhas de pais pobres, as moças não tinham outra saída fora do casamento, já que o trabalho remunerado para a mulher não estava entre os destinos mais dignos" (LEITE; MASSAINI, 1989, p. 77).

Do ponto de vista da distribuição dos "celibatários" por categorias profissionais, Michel (1986)<sup>4</sup> mostra que o status profissional é a variável que mais confere diferenciação na idade ao casar, isto é, quanto mais baixo, maior é a precocidade na idade ao casar, exceto nas profissões agrícolas.

O nível de qualificação profissional relacionado à nupcialidade mostra um diferencial por gênero: os homens mais qualificados são menos celibatários (idades 40-49 anos). Com as mulheres é o contrário: quanto mais qualificadas profissionalmente, maiores as chances de permanecer "solteiras". 11% das mulheres trabalhadoras não especializadas são celibatárias; 16% das trabalhadoras qualificadas; 17% das empregadas; 23% das que ocupam quadros médios; 27% das que ocupam quadros superiores. Padrão semelhante é encontrado na relação instrução/nupcialidade: quanto maior a escolaridade, maior o celibato entre as mulheres. A idade, ao casar, da mulher francesa com instrução secundária é de dois anos mais velha do que entre mulheres sem instrução. Esta diferença passa para quatro anos nos países da América Latina (MICHEL, 1986, p. 170).

Lazo (1991) encontra em 1984, em São Paulo, comportamento semelhante entre instrução e nupcialidade: a proporção de mulheres solteiras aos 44 anos, com doze anos de estudo ou mais, é da

---

<sup>4</sup> Dados de 1970 para a França. Tendência observada também no recenseamento de 1982.

ordem de 19.8%; entre as mulheres com menos de quatro anos de instrução, a taxa de celibato cai drasticamente para 5.8%. Estes diferenciais também são encontrados entre as mulheres de 24 a 34 anos.

A frieza estatística dos números quanto ao celibato, sobretudo para as mulheres, pode ser encarada como um dado dramático, todavia, quem garante que estas proporções de "celibatários" e celibatários significam para todos os envolvidos uma total ausência de qualquer parceiro afetivo-sexual? E se significa, esta ausência é permanente ou temporária? Ou ainda, qual será a proporção dos declarados em alguma união conjugal que respeita a monogamia? Caso existissem os dados sobre uniões extra-conjugais, provavelmente atenuariam bastante as estatísticas dos celibatários.

Um dos estudos de Ariés (1985) mostra que a questão hoje não é a legalização ou não do casamento, a residência neolocal ou não dos cônjuges, pois o que vem ganhando peso e importância nesse âmbito é a **duração** da união conjugal. A durabilidade conjugal confere à união o estatuto de verdadeiro casamento. Ariés acredita que essa nova dimensão para qualificar a união conjugal seria uma resposta contestatória ao privilegiamento, na sociedade atual, do **instante** e da **ruptura**. Ou seja, o descaso quanto ao compromisso, bastante reverenciado entre os jovens contemporâneos, uma das muitas manifestações da conduta numa sociedade narcísica, já se depara com a gestação do comportamento contrário. Ariés, citando Jean Baechler, concorda que está havendo um "fortalecimento quase neurótico do vínculo conjugal" (ARIÉS, 1985, p. 160). A **duração** não é o mesmo que a indissolubilidade enquanto um dos componentes do sacramento do matrimônio, porque se trata de um novo sentimento, que é uma maneira de ser e estar na vida conjugal, de modo a trazer prazer e satisfação para o casal, e assim a união durar de fato. Ou, no mínimo, ser muito prazerosa enquanto durar.

Loyola (1989), em seu estudo com um grupo de pessoas vivendo sós, pertencente às camadas médias mais instruídas do Rio de Janeiro, estudo cujo objetivo era apreender as representações desses entrevistados sobre o amor e a paixão, observou que na relação amorosa, a duração da união é que atesta a existência do amor, do "verdadeiro amor" (LOYOLA, 1989, p. 12).

Além disso, outros indícios apontam na direção dessa reação contestatória (em gestação) contra o instante e a ruptura. Quando Roussell (1978) afirma que a coabitação entre os jovens franceses revelava a tendência a assumir a responsabilidade de um futuro casamento formal, porque se tratava de um ensaio prévio, de um teste entre os parceiros para melhor assumirem a futura união, essa responsabilidade traduzia compromisso e tempo, isto é, duração necessária e valorizada para sua concretização. Diante desse quadro os jovens estariam adotando estratégias que minimizem os riscos de uma separação. O importante para os jovens é o companheirismo e o compromisso, a formalização é de somenos. A

companhia é que é muito procurada, não se observando nenhuma tendência a "solteirice".

Com esta expectativa em mira, a relação entre os cônjuges sofre ajustamentos e reorientações na maneira da convivência cotidiana. É nesse sentido que a igualdade e a liberdade tornaram-se valores procurados. Ou seja, tenta-se superar a dicotomia entre os sexos e seus respectivos papéis, ou pelo menos, minimizá-la no dia-a-dia conjugal.

No geral, vimos que predominam duas práticas e concepções de relação conjugal. A considerada tradicional, baseada na complementaridade de papéis entre o homem e a mulher, e a que a contesta, consubstanciada na simetria e na igualdade entre os papéis masculino e feminino. Ambas encontram-se no seio da família nuclear, evidentemente nuançadas de acordo com a posição dos casais no gradiente de comportamentos tidos como mais ou menos "modernos".

Badinter (1988) e Béjin (1985), entre outros, defendem que a tendência ao "casal andrógino", verificada nos países do Primeiro Mundo, vai se expandir para os países menos desenvolvidos. O "casal andrógino" estaria no topo do gradiente "moderno". Consiste numa ligação recíproca dos parceiros, união que não mais repousa na complementaridade de papéis, mas no relacionamento igualitário. Os parceiros pretendem simultaneamente achar o outro e se reencontrar no outro e, segundo Béjin (1985, p. 193), seriam "iguais cada um refletindo no seu alter-ego e nele se descobrindo, magicamente munidos dessa pequena diferença que lhes falta para constituir a figura perfeita, autárquica, estável, liberada da necessidade de se perpetuar, que é a do andrógino".

Höpflinger, endossando a perspectiva de Badinter na divisão de papéis entre os sexos e esferas privada e pública, concorda que devido à redução de horas de trabalho o homem tem permanecido mais tempo com a família, o que lhe permite a ocupação de um espaço até então próprio da mulher, compartilhando os cuidados e atenção com os filhos e os problemas domésticos em geral. E isto em nada conflita com o fato da mulher perseguir cada vez mais seus interesses profissionais, ter uma vida pública em consonância com a vida doméstica.

Cada qual, homem e mulher, parecem ver na alteridade a condição que preside a relação entre os sexos. O contrário disto marcaria a relação de complementaridade e de desigualdade no gradiente das relações entre os cônjuges, tidos como mais "tradicionais".

\*\*\*\*\*

#### IV. QUE SE DEVE FAZER?

A nossa hipótese central refere-se ao fato de homens e mulheres procurarem realizar uma união afetivo-sexual prazerosa permanente. De fato, de acordo com os nossos entrevistados, eles querem mesmo essa união prazerosa e permanente. Mas o que deve se feito para atingi-la? Quais ações que o casal deve encetar nessa busca? É o que os entrevistados nos dirão a partir de agora. Vamos trabalhar com as suas opiniões acerca do **que se deve fazer**, e somente neste nível. A pesquisa empírica não teve por preocupação, apreender modalidades de arranjos conjugais (maneiras) que melhor propiciassem a consecução da união afetivo-sexual prazerosa permanente. Como na união conjugal a procura dessa união prazerosa é responsabilidade do casal, quisemos saber dos entrevistados como eles representam o casal. Constatamos que não existe uma linha demarcatória entre representação do casal e conjugalidade (exercício propriamente dito do viver conjugal). Os entrevistados misturam os dois planos num único conceito que abarca representação e realidade (casal e conjugalidade), diga-se de passagem, ambos da perspectiva do **que deve ser**, portanto, ideal.

Antes de mais nada, e antes de passarmos às entrevistas, o casal é uma relação social, e como tal, no seu interior, as ações desempenhadas pelos parceiros são reciprocamente referidas. Essas ações, praticadas no cotidiano conjugal, constituem a conjugalidade. Neste sentido, a representação do casal e as opiniões sobre **o que fazer** para obtenção da conjugalidade prazerosa se interpenetram.

Vamos endossar a visão de que o amor conjugal é uma invenção da modernidade (como já vimos) e que se encontra, em tese, acima de quaisquer outros interesses, sejam eles familiares, econômicos, de aquisição de **status**, como prestígio, poder etc.

Vamos também endossar o ponto de vista de que o casal é a segurança afetiva, pois os demais grupos de relações primárias não a suprem a contento. Lemaire (1988) atribui ao casal a peculiaridade de ter nos fatores afetivos sua determinação. Isto é, ainda que fatores de ordem econômica e social existam, tendem a desempenhar papel menos importante. O casal é considerado uma "estrutura-refúgio", onde cada parceiro pode viver seus desejos e satisfazer necessidades afetivas, inclusive as infantis, que não encontram acolhimento nos demais grupos e instituições sociais. A ética estóica também enfatizava, bem mostrou Foucault, o vínculo conjugal como um modo de existência particular, superior ao vínculo de sangue.

O casal assim compreendido arca com grande responsabilidade e tem que responder positivamente às insatisfações com que os parceiros se defrontam na sociedade. Quanto maiores forem os

constrangimentos, mais a **estrutura-refúgio** deve acolher e proporcionar satisfação. O casal deve preencher como outrora necessidades econômicas, procriativas, funções sociais e, mais do que nunca, suprir necessidades afetivo-sexuais, basear a harmonia e permitir que os parceiros consigam uma união altamente prazerosa.

No nosso ponto de vista o "casal-refúgio" e a possibilidade de uma ruptura convivem simultaneamente. Quanto mais se exige dessa relação, mais apta ela se torna para sucumbir a uma ruptura. Aos parceiros cabe a decisão de apostar na construção ou na ruptura da união e agir na direção escolhida.

Nós acreditamos que na situação conjugal as pessoas que buscam a harmonia podem obter o consenso das opiniões e interesses divergentes, pois estes podem ser negociados a cada instante. Acreditamos que os parceiros não só procuram satisfazer dentro do casal necessidades afetivas e sexuais, encontrar harmonia na convivência cotidiana, como também realizar "experiências-auge" (HELLER, 1985, p. 30), ou seja, vivenciar um grande e raro momento em que os amantes se unem, fundem as duas existências numa só, tendo suas personalidades totalmente absorvidas por essa grande satisfação que o amor provoca.

O casal é fonte de intensas emoções prazerosas e também de desprazer, mas é a busca das primeiras que mobiliza as pessoas para o vínculo conjugal. Do ponto de vista da teoria dos sentimentos, estes são definidos pela valoração que lhes atribuímos. Como vimos anteriormente, a emoção é uma expressão do sentimento. As emoções juntamente com a valoração que lhes atribuímos são aprendidas, porque são pertinentes aos contextos em que emergem. Essa pertinência está referida às normas e regras desse contexto específico. A emoção se expressa porque numa dada situação ela obedece a essas regras e normas, porque faz sentido a expressão da emoção naquele contexto. A expressão da emoção é consubstanciada numa conduta, numa ação. Disto se depreende que as emoções são cognitivas e situacionais e se expressam em ações racionais quando atinentes ao contexto e o objetivo que se quer alcançar.

Quando, ao iniciar a pesquisa, propusemos os recortes por classe social, idade e gênero, é porque esperávamos obter respostas em cada uma dessas divisões, que nos permitissem comparações. Entretanto, a representação do casal é bastante semelhante entre todos os entrevistados, assim como, as opiniões sobre o que se deve fazer para alcançar a união afetivo-sexual prazerosa permanente. Como explicar tamanha uniformidade? A ausência de distinções na representação do casal também foi encontrada por Brioschi e Trigo, num estudo sobre representação de casamento entre mulheres de classes

altas e populares. A distinção observada é quanto à retradução em cada segmento social, ou seja, é no nível dos significados que foram encontradas diferenças (TRIGO; BRIOSCHI, 1989, p. 52-53).

A distinção que operamos entre casal e conjugalidade não passa de um recurso meramente funcional, porquanto, do ponto de vista empírico, como atestam os entrevistados, a "noção do casal" e a "conjugalidade prazerosa" encontram-se profundamente imbricados, mutuamente referidas.

A elaboração da representação do casal, quanto o **que deve ser** feito, independem das maneiras da conjugalidade. A relação entre os cônjuges, propriamente dita, não foi objeto da nossa análise, pois não era nosso objetivo adentrar no prosaico cotidiano dos entrevistados. No geral, a representação do casal aponta para o casal fraternal, igual, harmonioso, erótico, semelhante ao casal "andrógino" mencionado por Badinter, enquanto modelo de casal procurado no momento atual. Por vezes, aparece no discurso dos entrevistados, uma visão considerada assimétrica, isto é, relação cujos papéis masculino e feminino são distintos, geralmente sob a dominância masculina, mas nem por isso, a representação do casal se diferencia nos discursos em que tal assimetria não foi mencionada. Nos exemplos abaixo, os entrevistados, ao longo do seu discurso, apontam uma conjugalidade assimétrica do tipo "tradicional", porém, a representação do casal é semelhante à dos discursos que enfatizam a simetria conjugal.

*"Hoje está difícil de encontrar uma pessoa muito certa pra ter uma vida legal, eles só querem casar só pra ter uma esposa, a mulher, não pela **vida a dois**, uma **relação legal pra curtir junto** [...] **pra não brigar**, ficar **mais unido**, ter mais **confiança**, mais entendimento, se **gostar bastante** ..." (Célia, 20 anos, popular).*

*"[...] é a **convivência** entre duas pessoas, que se **entendem** que **compartilham os prós e os contras**, tem que **amar muito** pra **combinar**, ou pra querer **combinar**, os dois tem que querer o **entendimento** [...] tem que **dividir**, o homem fazer a **parte dele** e a **mulher também**, ajudar o **homem a se organizar** [...] mas tem que ter **muito amor**, para você não ficar pensando que a pessoa tá com você por interesse [...] por interesse, ou por causa do fator financeiro ..." (Chico, 38 anos, popular).*

A representação do casal refere-se à consubstanciação de afetos e emoções e nas ações correspondentes: o amor, a harmonia, a amizade, as emoções e os afetos sexuais, o respeito mútuo, o entendimento, a tolerância, a tranquilidade, a confiança, a cumplicidade, a sinceridade, a responsabilidade e a fidelidade sexual.

*" [...] normalmente você casa porque você está amando. Tem sexo a vontade, à disposição. Você vai **dividir** com a pessoa tudo, você vai **dividir** o dinheiro, espaço físico, a*

*casa tem que ter a **cara dos dois** [...] se você está namorando, é um casal de namorados, não é casamento, você não está vivendo junto, não está dividindo. Não divide o dia-a-dia com a pessoa. Você não acorda de manhã, não dorme junto, não discute a conta do banco, a empregada, o filho fez isso, aquilo, vamos reformar a casa, vamos morar no E.U.A; tem que **ter perspectivas** para a união ir bem..." (Bela, 39 anos, alta).*

*"[...] é assim, homem e mulher, um **ajuda o outro, tudo faz parte do casal**, assim, os problemas da **convivência**, o **amor**, o **carinho**, **ter atenção** um com o outro, [...] se **pensar diferente, aí não tem condições**, porque **não combina** [...] tem que ser **responsável**. Se **promete**, tem que **cumprir**, tem que **ter responsabilidade** com a mulher e os filhos, com o marido, tem que ter muita **sinceridade**..." (Ernestina, 42 anos, popular).*

*"[...] se há amor pelo outro, se tem **carinho**, tem **respeito**, tem algumas coisas em **comum**, pode dar certo. Agora, quando os valores são antagônicos, aí dá muitos conflitos. Diante da vida, se um acha que tem que se desenvolver e o outro não, acho difícil dar certo. Porque aí, alguém tem que **abdicar de sua parte e isso não é saudável**..." (Cida, 50 anos, alta).*

*"[...] implica numa relação de **troca**, tem que ser de **carinho**, né? - As pessoas envolvidas nessa relação têm que **saber se dar** uma para a outra, acho que tem que ter **um projeto de vida em comum**, eu acho, tem que ter **respeito**, é preciso que exista **amor**, pra que as pessoas sintam **prazer em querer se dar bem** [...] tem que ter algo que motive o casal para que a sua relação não se circunscreva só à vida domiciliar. Por exemplo, interesse por política, teatro... Tem que haver **interesse sexual**, para que as pessoas sintam-se interessadas em estar ao lado da outra [...] cada um tem que ter capacidade de entender o pensamento do outro e **respeitar**. Pode ter gênio diferente [...] cada um pode ter seus interesses, tem que ter o **interesse comum**, alguma coisa que unifique além da simples relação domiciliar [...] ter uma relação sem tensão, tem que ser tranquila..." (Paulo, 46 anos, alta).*

*"[...] é um **compromisso de companheirismo**, de **respeito de bem querer**, com **intimidade, constância, claro**, não é uma relação esporádica, tem que ter constância, respeito, esse **carinho**, porque se não, tem muito casal que eu não considero casal, que é assim, está junto, mas mais parece um sofrimento mútuo [...] porque tem que ficar **numa situação prazerosa, pra justificar que é casal, com entendimento**. Agora, esse tipo com as pressões, cobranças, é um outro tipo de relacionamento, não é casal como eu considero, uma forma perfeita..." (Glória, 43 anos, média).*

*"[...] não vejo muito por aquele lado dos opostos se atraem. Eu acho que é a **pessoa que parece com você** [...] **gostar de estar junto e se sentir bem, confiança mútua** em todos os sentidos, **amizade, companheirismo e atração física, principalmente atração** [...] acho que não tem nenhuma necessidade de ter um outro relacionamento fora, não há interesse [...] como eu te falei, **não acredito que os contrários se juntam**, se não no convívio, nos contatos diários a coisa complica, muito conflito. Acho que **aí tá o principal fator dos casamentos não serem longos porque as idéias são diferentes, planos diferentes, objetivos diferentes, gostos diferentes. Complica** isso, não é?..." (Augusto, 32 anos, média).*

A representação do casal consiste pois nos sentimentos e suas ações correspondentes. Só se é

casal agindo, exercendo essa qualidade no viver conjugal, no qual deve ser incessante a negociação e adaptação, entendimento de um em relação ao outro e às situações emergentes. O casal representado desta maneira aponta para o que endossamos anteriormente: o casal-refúgio, respaldado no amor, que busca a harmonia e a construção de uma conjugalidade prazerosa.

*"[...] fazer as **coisas juntos**, procurar não ceder muito pra pessoa não se anular, tem que ter relacionamento **de troca, de respeito, carinho, de confiança**, que você procure achar o **equilíbrio**. Então, pra você ser um casal feliz, eu acho que você tem que buscar sempre o **equilíbrio**, onde você **aceita o outro**, obviamente que você vai sempre querer buscar que a pessoa **seja parecida com você**, mas eu acho que tem que buscar sempre o **equilíbrio**, para **respeitar** as opiniões do teu companheiro [...] então você tem uma série de comportamentos que de repente a pessoa não aceita, mas a partir do momento que ela passa a te entender e respeitar a tua posição é mais tranquila" (Virgínia, 25 anos, média).*

*"[...] é a partir dos anos, juntos tentar alcançar alguns **objetivos a curto, médio e longo prazo**. São objetivos estratégicos que podem ser alterados [...] precisa ter **acordo** entre as partes e não podem **impor** [...] então as duas partes **se entendem** e podem **até ceder** [...] os **pontos comuns têm que predominar sobre as divergências** [...] tem que ter **acordo**, com **dedicação**. Acordo com o padrão de vida, acordo sobre o aperfeiçoamento cultural, acordo com o lazer, acordo com o grupo de amigos, acordo com a honestidade, acordo com a fidelidade, acordo com o sexo, carinho, acordo, enfim, em tudo..." (Mário, 47 anos, média).*

*"[...] você **divide tudo**, você tem que **amar**, porque se você tá com outra pessoa tem que ter **responsabilidade**, porque acabou a brincadeira [...] tem que se **adaptar**, se **acostumar um com o outro** [...] por exemplo, se a mulher fica muito no pé, então o homem fica de saco cheio, então vai procurar outra [...] o homem só sai pra procurar outra se tiver de saco cheio. Mas eu acho que **não pode ter infidelidade**, porque tem que confiar, tem que ter coragem de contar tudo o que acontece com você, **dividir tudo** [...] a gente se **adapta**, porque é fruto dessa mudança que eu falei, porque tem um modo de vida quando é solteiro, mas depois você tem consciência, você tem que ter consciência que você tem que mudar, e aí vocês vão **ter que se entender** [...] se cada um bater o pé, **e não abrir mão de nada, aí não dá certo...**" (Adriano, 23 anos, popular).*

*"[...] chega uma hora que você quer casar, você acha que é pra sempre, você não vai casar achando que vai acabar, então eu vou procurar uma pessoa que tem as **mesmas idéias**, até de repente para **crescer juntos**, pra não ter atrito, assim tem mais chance de não ter atrito, tendo a **mesma educação**, pra viver junto, para dividir tudo, dar satisfação..." (Miriam, 21 anos, alta).*

Como explicar tamanha uniformidade? Por que se assemelham as opiniões dos entrevistados, sobre o **que fazer**, para obtenção da união afetivo-sexual prazerosa permanente? Por que a representação do casal não se diferencia?

A representação do casal transcende a realidade conjugal prosaica e finca pé num ideal de casal,

muito nítido na imaginação dos entrevistados. Pois, como sabemos, é responsabilidade do imaginário social disseminar necessidades humanas indistintamente, bem como difundir soluções para satisfazê-las. Por isso é que as diferenciações só se encontrarão na maneira que as pessoas encontram para satisfazer essas necessidades.

O alimento do imaginário social é essa circularidade social e essa apreensão das necessidades humanas de maneira cada vez mais uniforme. Os meios de comunicação de massa reforçam essa uniformidade. No Brasil, a presença diária das novelas da televisão, durante os últimos 20 anos, deve ter contribuído sobremaneira para disseminar tais semelhanças. As novelas de televisão não se restringem à mera propaganda de um produto de consumo rápido e descartável. Difundem modos de vida, conceitos emocionais, sugerem uma ética para uma vida conjugal desejável que corresponde às necessidades humanas e sociais. Por isso, tal uniformidade se deve ao fato de que os entrevistados contemplam algo idealizado, projetam na representação do casal a idealização, a realização plena das necessidades humanas consubstanciadas na união afetivo-sexual prazerosa.

Sabemos que a inserção dos indivíduos na estrutura social é determinante das condições materiais de existência que eles experimentam e que se assemelham entre os indivíduos de estratos sociais iguais. Esta semelhança conduz a padrões de consumo, de lazer, de modos de vida, de avaliações e formas de percepção da sociedade que lhe são próprios (DURHAM, 1986). Dentro de todas estas similaridades, a importância da socialização da primeira infância, como já apontamos, marca o indivíduo quanto às distinções de classe e sexo, bem como as distinções possíveis por coortes de idade, uma vez que ao longo da trajetória social os indivíduos redefinem valores, e a cada redefinição corresponde uma nova necessidade. Todavia o que constatamos com esta pesquisa e que queremos assinalar mais uma vez, é que essas distinções estão ausentes do plano do que deve ser feito.

A nosso ver, a semelhança de opiniões talvez encontre explicação na ação disseminadora provocada principalmente pelos meios de comunicação de massa, pois estes expandem um padrão de conduta desejável, o estilo de vida moderno que, para repetir as palavras de Heller, é responsável pela perda da singularidade cultural, da distinção e da diferença (HELLER, 1991).

As ações que os entrevistados assinalaram quanto ao **que fazer** para a consecução de uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente, serão analisadas dos ângulos da razão e da emoção. Agir racionalmente, ou a racionalidade para Heller é "agir de acordo com a razão" (HELLER, 1984), e razão quer dizer "bom senso", ou seja, a faculdade de discriminar entre o bem e o mal, o certo e o errado, falso e verdadeiro etc. A razão sempre se relaciona com a linguagem, objetos construídos pelo homem, costumes,

bagagem cultural e institucional - que se traduzem em "normas e regras". A linguagem, o uso dos produtos do homem e os costumes são a espinha dorsal da vida cotidiana e o **background** para a intersubjetividade, para o conhecimento, para a ação e a comunicação. A ação é racional se as "regras e normas" são obedecidas, se a ação não é isolada, mas faz parte de uma série de ações também racionais. Portanto, a ação está referida a um contexto que permite o conhecimento das "regras e normas" que deverão ser obedecidas para que a ação seja racional.

Os atores são sempre envolvidos no objetivo da ação porque **ação** significa atividade e, enquanto tal, possui um objetivo. Como sentir é estar envolvido em algo, não há ação sem sentimento. Por isso, a emoção que também é cognitiva e situacional obedece a "regras e normas" dessa situação, de acordo com o conhecimento que se tem dela. Neste sentido, a emoção é também racional. Chorar num enterro de um ente querido é reagir adequadamente ao esperado, de acordo com os hábitos e costumes numa situação de pesar.

Na "situação conjugalidade" em questão, todas as ações e emoções consideradas pelos entrevistados, do ponto de vista de Heller quanto à racionalidade, e teoria dos sentimentos são racionais. São ações esperadas, que fazem parte de uma série de ações voltadas para a mesma finalidade e se referem apropriadamente a um contexto, a uma situação específica. Os atores dessa situação conhecem e são portadores de uma intersubjetividade resultante de um saber compartilhado.

Do ponto de vista de Habermas (1987) o agir racional que ele prioriza refere-se à racionalidade comunicativa. Assim, uma razão é comunicativa quando se realiza numa situação dialógica com duas ou mais pessoas. Nesta situação, cada ator é livre para fazer afirmações sobre opiniões, valores, normas etc., fundamentando-as quanto à sua validade. Do outro interlocutor espera-se alguma crítica, pois a pretensão de validade da primeira emissão deve suscitar questionamento, de maneira que a afirmação inicial tanto pode ser rejeitada, como aceita ou reformulada.

A racionalidade de uma ação para Habermas, do ponto de vista comunicativo, consiste num procedimento argumentativo entre dois ou mais sujeitos. A verdade é construída dialogicamente e resulta em um consenso entre os interlocutores que se respeitam mutuamente. Na situação dialógica não há coação, vence o melhor argumento. Os interlocutores não devem permitir que subjetividades próprias, por exemplo, ressentimentos, interfiram na interação dialógica. O procedimento argumentativo - crítica, questionamento, aceitação, rejeição, reformulação - é uma constante negociação em que todas as normas e valores necessitam de fundamentação.

A razão comunicativa emerge quando os atores compartilham um mesmo cotidiano - vivências e

experiências próprias desse cotidiano -, o mundo vivido. Os três mundos - o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e o mundo subjetivo dos afetos - fornecem as referências para o entendimento possível dos atores. Mas é no mundo vivido, o patrimônio comum cultural e normativo, que se ancoram as intersubjetividades que orientam e possibilitam o entendimento entre os atores numa situação de ação. Por isso uma situação de ação nunca é totalmente estranha. Aqui as ações fazem sentido porque os atores compartilham intersubjetivamente o mesmo saber, o mesmo horizonte cultural.

A razão cognitivo-instrumental predomina no mundo objetivo das coisas e nas esferas econômica e política do mundo social das normas. É uma razão monológica que exclui o diálogo e a crítica, por isso é imposta autoritariamente e enquanto tal difunde verdades absolutas inquestionáveis. É cerceadora da criatividade e da expansão da individualidade humana. Rejeita divergências e singularidades. Além do mais, instrumentaliza opiniões e emoções.

Para Habermas como para Heller, as ações racionais se referem a uma situação específica onde se realiza a interação entre os atores. Esta pressupõe uma bagagem cultural, social e econômica partilhada que possibilita o desenvolvimento da intersubjetividade que aproxima os atores, e os torna capazes de entendimento e discernimento das ações comuns numa situação específica.

A nossa situação é a conjugalidade e os atores são os cônjuges que desenvolveram uma intersubjetividade partilhada. O casal, portanto, não é resultado de um acaso. Quando ambos se envolvem é porque se expressam de alguma maneira que lhes faz sentido, isto é, agem racionalmente. O sentimento que os aproxima responde às expectativas de ambos e, portanto, se adequa à situação de ação.

Elegemos a distinção entre a ação racional comunicativa e a ação racional cognitivo-instrumental para nos orientar na distribuição das ações sugeridas pelos entrevistados.

A partir das opiniões dos entrevistados sobre **o que fazer** para obter uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente, construímos dois conjuntos de ações: um que engloba todas as ações que devem ser realizadas para atingir aquele ideal; o outro conjunto, seria formado pelas ações consideradas contrárias, isto é, aquelas que seriam entraves para o alcance da união afetivo-sexual prazerosa e permanente.

As ações do primeiro conjunto pressupõem a presença de procedimento dialógico em que o amor favorece o diálogo e a compreensão. Por isto vamos denominá-lo de conjunto **comunicativo**. Nele prevalece ações orientadas pela razão comunicativa.

O conjunto destas ações foram agrupadas nas seguintes ações chaves e sentimentos correspondentes.

- Diálogo (sinceridade, entendimento, divergência, confiança, concordância, crítica)
- Identificação (afinidade de objetivos, projetos comuns, ideias comuns, gostos comuns)
- Liberdade (respeito pelo outro, entender as diferenças, não imposição)

O discurso dos entrevistados aponta, com bastante nitidez, o conjunto comunicativo de ações para a realização da união afetivo-sexual prazerosa e permanente, independente do sexo, idade ou classe. Vejamos alguns excertos:

*"[...] **compartilhar** o dia-a-dia, as tristezas e alegrias, as coisas, ter muita **cumplicidade** [...] você deve deixar de fazer coisas porque você **respeita** o querer do outro, e se o que você faz não está de **acordo**, magoa, humilha o outro, então você não deve fazer. O outro também, se você gosta de fazer coisas e a outra pessoa não, a pessoa tem que **respeitar** a sua vontade, porque dá pra **combinar**, é só **conversar** e decidir as coisas junto. Então tem que **conversar**, tem que cada lado **ceder** um pouco, porque se não é pra não conversar, não combinar, não se entender, então você procura a tua sombra [...] mas, como eu te falei, tem que **ser parecido**, pra se entender, tem que ter muitas **coisas parecidas**, se não, não dá, se não nem chega perto, mas não é um parecido exatamente o teu retrato..."* (Conceição, 34 anos, média).

*"[...] tem que ter muita **afinidade**, não as mesmas opiniões, porque fica sempre as mesmas, porque eu acho que cada pessoa é um ser, você procura alguém que vai juntar, que vai **completar**, fica uma **unidade** [...] talvez assim, uma postura que as pessoas assumem, aprendendo uma com a outra, cada um muda um pouco pra conviverem uma com a outra, porque cada uma é de um jeito você vai **juntar o teu jeito ao dela**, tem que mudar alguma coisa [...] porque tem que **ceder** pro outro, não é só o que você quer, o espaço não é só seu espaço, você realmente tem que **aprender com a outra pessoa** [...] você tem que ter os **objetivos junto** com a pessoa que você uniu, não pode ser xerox uma da outra, mas em certas coisas assim no nível de **formação, educação**, o que pensa sobre a vida, a vivência da pessoa ajuda muito, se os dois já **tiveram uma vivência parecida**, porque elas se unem para alcançar o mesmo objetivo, pra se sentirem fortes, [...] a partir do momento que você tem uma pessoa que **passou por coisas parecidas**, mesmos problemas, isso te dá força [...] se um vai pra um lado, o outro para o outro lado, já passaram a viver separados, tem que ter o **objetivo comum**, já perdeu a identidade, talvez deve ter um ponto que essas pessoas podem fazer coisas separadas ou não, depende das pessoas. Depende do **respeito** que você tem por ela, ela tem coisas que precisa fazer, ela não é o teu xerox, ela tem as vontades dela [...] o **diálogo** deve perseguir o tempo inteiro, como é que eu vou saber o que ela pensa? Como é que eu vou saber se a gente tem um **objetivo comum**, que te **identifica com ela** ou não? Então **diálogo é evolução**, meus avós eu duvido que dialogassem. Muitas coisas só são passadas através da conversa, uma pessoa, eu acredito que ela possa dar sinais em muitas coisas (mas o **diálogo** é fundamental pra que coincida os dois, entendeu? Então a sua intuição e a sua percepção só vão coincidir com o **diálogo**..."* (João, 21 anos, alta).

*"[...] cada um tem uma personalidade e tem uma maneira de se expressar, e tem um grau de dificuldade para expressar os seus direitos. Maior ou menor se também as duas partes*

*não admitem, e quer que seja igual ao dele. Ela quer que o meu amor, que eu manifeste o meu amor **igualmente** como ela manifesta o dela. Ela não consegue entender o meu amor, porque vira uma atitude prepotente que **renega a diversidade**, né? [...] **nestes casos nada adianta, nem a conversa, o diálogo**, nada, porque a pessoa **se é prepotente, não consegue entender o outro** [...] porque só **dialogamos com pessoas que tão afim de conversar**, de **expor erros, admitir falhas**, a pessoa que **respeita a individualidade do outro**, que **entende** que o outro tem uma maneira que é só dele..." (Martim, 39 anos, alta).*

*"[...] tem que haver **igualdade** porque nunca você vai encontrar uma pessoa que concorde plenamente com tudo, com você, porque tem que concordar, têm que ter **tolerância**, tem que haver esse balanceamento e se não houver **igualdade**, a coisa não anda, não funciona [...] o casal tem que **se entender** pra fazer as coisas junto, as coisas que precisa fazer pro casamento andar [...] lógico, que eu não vou forçar a minha mulher pra pensar o meu modo, ou que goste de giló porque eu gosto, eu respeito ela também respeita as minhas coisas, [...] que se ela quiser por exemplo me trair, aí não, aí é melhor separar [...] pode ser até que a gente se entenda, se ela der uma razão muito forte, aí na **conversa** ela pode **me convencer** e eu **até aceitar aquilo naquele momento** [...] com conversa você pode **evitar** muitas coisas, se você chega, senta, conversa e tal, você sempre chega a **um entendimento**, é questão de saber falar é quase que **domar** as pessoas, é o mesmo que **convencer**, convencer que realmente não é por aí, que o caminho é diferente..." (Renato, 46 anos, populares).*

Ao contrário, aquelas ações que dificultam a realização da união afetivo-sexual prazerosa e permanente compõem um conjunto que denominamos **conjunto incomunicativo**: monólogo - ausência de crítica, ressentimento, imposição de uma única opção; opressão - ausência de liberdade para expressar opiniões e sentimentos; identificação - afinidade de objetivos, projetos comuns, ideias, gostos etc. É necessária para o encontro, porém não exclui a presença de monólogo e da opressão quando predomina a razão cognitivo-instrumental.

Este grupo de ações somente seria observado na conjugalidade, onde, com certeza, arrolaríamos maneiras de viver a união, sob a dominância das ações monológicas e opressoras de ambos os cônjuges, ou sob a predominância masculina, a mais comum, ou sob a predominância feminina.

Esta distribuição está ancorada na teoria da ação comunicativa de Habermas, no aspecto anteriormente assinalado. Vamos acrescentar-lhes as maneiras dos indivíduos se relacionarem com o mundo e consigo mesmo. Voltamos a Heller. Para a autora, existem na modernidade duas tendências que se expressam na maneira **particularista** e na maneira **individual** (HELLER, 1984).

A **particularista** predomina nas ações do **conjunto incomunicativo** e a **individual** nas ações do **conjunto comunicativo**. Portanto, as duas maneiras estão diretamente referidas à **razão comunicativa** e a **razão cognitivo-instrumental**.

A relação **particularista** com o mundo e consigo próprio se caracteriza pela ausência de discernimento, não há crítica, porque a grande preocupação neste tipo de relação é a preservação do próprio indivíduo. A pessoa particularista se considera a detentora da única verdade e a impõe de maneira autoritária. No amor, ama, mas tem por referência ela própria. A valoração do outro dura enquanto ele lhe pertencer, ou enquanto o outro lhe for útil para a realização de objetivos no mundo social e no mundo das coisas.

Na relação **individual** com o mundo e consigo próprio, a pessoa tem a capacidade de crítica, de discernimento, quanto a si, ao outro e ao mundo. A pessoa "**individual**" escolhe a pessoa do seu amor devido às suas qualidades. E é capaz de auto-abandonar-se, de entregar-se à pessoa amada, não teme perder sua individualidade com tal entrega. Heller diz que a pessoa com o desprendimento que permite o auto-abandono torna-se mais segura e forte emocionalmente.

A pessoa individual procura o outro para trocar opiniões, dialogar, não é detentora portanto de nenhuma verdade absoluta (HELLER, 1984). A comunicação entre as pessoas é tanto maior e mais fácil quanto mais a relação com o mundo e consigo seja predominantemente individual. Isto quer dizer que quanto maior a capacidade de crítica, maior a possibilidade de valoração dos sentimentos. Como estes são definidos a partir da valoração que lhe atribuímos (HELLER, 1991), quanto mais crítica, melhor compreendemos e interpretamos os sentimentos do outro. Por conseguinte, essa capacidade de interpretar os sentimentos constitui a riqueza emocional de uma pessoa, e esta riqueza é o substrato da comunicação, principalmente afetiva, entre as pessoas, porque amplia as possibilidades de reciprocidade entre elas.

O contrário sucede na relação **particularista** com o mundo e consigo. As ações são voltadas para a preservação de si mesmo, carecem de diversificação emocional, portanto de discernimento e crítica. É uma relação analógica, não aceita a individualidade do outro (suas idiossincrasias, diferenças) e é fundada em verdades próprias e absolutas.

### **Comunicação afetiva**

As ações que compõem o conjunto comunicativo se referem ao **que fazer** para garantir e desenvolver uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente. Estão consubstanciadas em três grandes necessidades, assinaladas pelos entrevistados. Porém, cada uma é o resultado de uma série de ações e sentimentos (o sentimento se expressa em ações e em emoções).

Para se obter uma conjugalidade próxima à perfeição, à harmonia, ao prazer, é necessário que no

casal **predominem** as ações do conjunto comunicativo e a relação com o mundo e consigo, seu corolário, **a individual.**

Como a união "perfeita" é utópica, é a meta, é o parâmetro dos entrevistados, nunca será atingida, podemos, no entanto, nos aproximar dela. Uma das dificuldades consiste na redução da comunicação decorrente de uma auto-proteção, de um resguardo individual em não expor os mais profundos sentimentos (LEMAIRE, 1988, p. 281). Este tipo de resguardo emocional é característico da personalidade predominante na modernidade dos dias de hoje, cujo narcisismo, como já mostraram Lasch e Sennett, é responsável pelo temor de receber do parceiro mensagens desqualificadoras. Por isso a omissão e o silêncio, e o parceiro não questionar para evitar críticas sobre sua pessoa.

Outra dificuldade relacionada à anterior se refere ao fato de que o "resguardo emocional" interfere sobremaneira na capacidade de compreensão das emissões afetivas do parceiro: uma vez que o primeiro parceiro não se dá a conhecer, conhecer o outro, fugiria da reciprocidade mutuamente referida. A comunicação afetiva é constituída também pela comunicação não verbalizada, aquela na qual a expressão do sentimento se faz através da linguagem corporal, pelo olhar, por gestos, sons, movimentos da respiração etc. Estas expressões são, de acordo com Lemaire (1988, p. 267), singulares a cada parceiro. Portanto o casal tem que decifrar e compreender essa emissão não falada dos parceiros. Para tal, ambos têm que se dar a conhecer de modo que, do pleno envolvimento na união conjugal, flua a compreensão para aquela decifração. Caso contrário, a comunicação afetiva será precária e motivo para a incomunicabilidade afetiva no casal.

Mas para a consecução da comunicação afetiva em todas as modalidades, é necessário que o casal se desprenda das suas subjetividades - ressentimentos, temores, pré-concepções dogmáticas etc. - para se dar a compreender e compreender as emissões verbais e não verbais do parceiro conjugal.

As séries de ações que constituem o que denominamos **conjunto comunicativo** e que são consubstanciadas na **identificação, liberdade e diálogo**, são mutuamente referidos e dependentes, um não se viabiliza sem a outra. A identificação, na perspectiva da **razão comunicativa** e da **relação individual** com o mundo e consigo próprio, decorre porque os atores da situação de ação, no caso os parceiros conjugais, compartilham uma intersubjetividade que permeia o "mundo vivido" e as "objetivações em si e para si" do mundo cotidiano. Trata-se de um compartilhar de valores, normas, costumes, visões de mundo, que formam o substrato da interação entre os parceiros e lhes permite, tanto a escolha do cônjuge, como a possibilidade de compreensão e entendimento que os aproxima e os une. Essa intersubjetividade funda a possibilidade de elaboração de projetos comuns, de percepção de ideias,

gostos, jeitos de prazer sexual, assim como a similaridade nas experiências e o aprendizado durante o trajeto social constituem o campo da identificação entre os parceiros conjugais, conforme atestam os entrevistados.

A **liberdade** se refere basicamente ao respeito que cada parceiro deve ter em relação às idiossincrasias e às singularidades do modo de ser de cada um: às opiniões divergentes e à contemplação das diferenças entre os desejos e vontades relacionadas ao mundo objetivo das coisas e ao mundo subjetivo dos afetos. A liberdade é um exercício constante, assim como o diálogo, porque as mudanças que podem e devem ocorrer no curso da conjugalidade só fazem sentido ao casal se se integrarem na situação da ação, através da compreensão das mudanças que é conferida pelo diálogo.

O **diálogo** a que nos referimos não é a simples conversação, envolve a liberdade de crítica, de questionamento, de modo que seja viabilizado o consenso e este seja de fato a tradução do querer de ambos. Envolve também o desprendimento das subjetividades de cada parceiro, para que a crítica e o questionamento não se ancorem no ressentimento. Os entrevistados apresentam o diálogo como uma necessidade inerente ao entendimento e à liberdade existente no casal. Não perpetua a união conjugal, mas na sua ausência, nenhuma união conjugal pode se consolidar como uma relação prazerosa.

O contrário do diálogo é o monólogo, a ausência da liberdade para a crítica, para o questionamento. É a existência de uma "concordância" imposta pelos cônjuges. Portanto, a riqueza emocional conjugal não é desenvolvida porque a interpretação da expressão dos sentimentos numa situação tolhedora é também cerceada. Numa situação em que predomina o monólogo, a mesma e única verdade, as ações dos atores se orientam predominantemente pela razão cognitivo-instrumental, pela relação particularista com o mundo e consigo próprio. Por isso nas situações conjugais com tal predominância vige o **conjunto de ações comunicativo**, óbice fundamental à busca de uma união afetivo-sexual prazerosa. Portanto, a realização da união afetivo-sexual prazerosa permanente, além de se basear no diálogo, identificação e liberdade entre os cônjuges, pressupõe para tal, que cada parceiro esteja inclinado a endossar a relação individual com o mundo e consigo próprio.

Do que observamos é muito importante que os casais estejam envolvidos numa trama de comunicação afetiva muito forte, condição primordial para o desenvolvimento, duração e boa convivência da conjugalidade. Em vista disto, parece fazer todo sentido a visão do casal-refúgio, em cuja conjugalidade deve reinar a harmonia e solucionados, ou então atenuados, os conflitos.

Os casais buscam a perfeição da conjugalidade. O parceiro deve corresponder aos desejos erótico-afetivos, possuir qualidades intelectuais, sociais, econômicas e profissionais para o regozijo (de si) e do

parceiro. Deve ser e se comportar como o **alter-ego** de um **ego** que precisa desse **alter-ego** para realizar suas próprias vaidades. A conjugalidade deve ser harmoniosa e feliz, sem sérios transtornos que afetem a perfeição almejada. A busca desta perfeição permeia os sonhos e a imaginação de todos os entrevistados.

### **O tempo afetivo**

O que chama a atenção é que os entrevistados não investem, ou investem insuficientemente, na busca dessa união perfeita, apesar de desejá-la. É como se ela pudesse acontecer a partir do fato de se ter essa vontade. A imagem que isto suscita é a de uma varinha de condão animando a conjugalidade. Basta a vontade e imediatamente as coisas acontecem. Aliás, a imediatez é um dos ingredientes da personalidade atual, o trabalho que deve ser investido é um **sacrifício** e este não faz parte da personalidade dominante em nosso tempo.

Esta observação parece contradizer todas as opiniões emitidas e analisadas até agora. Mas não haverá contradição se atentarmos para o fato de que estamos tratando de duas instâncias distintas, sendo que é na esfera da concretização das opiniões que se encontra a dificuldade. No bojo das opiniões sobre o **que fazer**, foi possível apreender dois momentos distintos da comunicação afetiva, que marcam a conjugalidade, cada qual com ações e sentimentos peculiares. O que parece é que, na prática, enquanto a conjugalidade "rolar numa boa", sem "sacrifícios", respondendo imediatamente às necessidades de cada parceiro, será satisfatória. A conjugalidade assim desinvestida de trabalho "rola numa boa" **no início da união** (acontece quase espontaneamente). Caso a união não seja cultivada a contento para se manter satisfatória, a tendência é a ruptura, ou permanecer num imenso tédio até o final dos dias dos cônjuges.

Para a conjugalidade se aproximar da perfeição, necessita muito investimento por parte dos parceiros. Cada tarefa requer trabalho e tempo, tempo para questionamentos, tempo para conhecer as "regras e normas" e as emoções próprias da conjugalidade, tempo para o amadurecimento do **que fazer** e depois trabalho que requer tempo para sua concreção.

As ações voltadas para a união afetivo-sexual prazerosa de um casal na situação conjugal necessitam pois de investimentos e, por isso, de um tempo lento que não é o tempo da imediatez e da impaciência.

Todavia é possível criar esse tempo lento, o qual pode e deve permitir que se conviva com o imediatismo, assim como as razões comunicativa e cognitivo instrumental e as duas formas de relação com o mundo e consigo - **particularista** e **individual** - convivem nas ações das pessoas.

A imediatez e a impaciência atuais, conforme Heller, são decorrentes da rapidez das mudanças nas

regras, a qual não permite que as experiências humanas tenham o tempo suficiente para a reflexão e amadurecimento, porque as pessoas sempre têm que aprender mais e mais rápido, e sendo assim, a vida vale muito pouco, porque o aprendizado adquirido com outras pessoas decresce à proporção que a especialização institucional aumenta. A interação cara a cara, a comunicação diária, não é mais a fonte básica de informação (HELLER, 1984).

Dentro da lógica do tempo afetivo também se observa que há entre os parceiros afetivos-sexuais a sincronia nas ações e emoções e nestes a simetria na intensidade. Isto é de suma importância para a duração da união afetivo-sexual prazerosa.

A busca da união prazerosa, da forma como comumente acontece, engendra em si, do ponto de vista do tempo, os gérmenes da ruptura: a impaciência que recusa o tempo do tempo afetivo.

Segundo a opinião dos entrevistados a maioria das separações ocorre depois que um dos parceiros já se relaciona com outro parceiro afetivo-sexual. Isto acontece porque na necessária sincronia e igualdade das emoções não há lugar para investimentos de retorno demorado. O tempo é curto e não contribui para o surgimento do tempo coincidente. É mais fácil procurar outro do que investir na união. Na atualidade é no amor e no exercício da sexualidade que as pessoas podem melhor se revelar e ao mesmo tempo se identificar com a existência humana (HELLER, 1984). A perda de um amor representa a perda dessa identificação, por isso a relação afetiva é sobremaneira valorizada. Antes que se perca um amor, previamente se garante o contato com outros. Para Heller, esse outro amor pode parecer uma recompensa, quando na realidade é efetivamente ilusório. A cada novo amor a história irá se repetir. O amor, mesmo que contenha a utopia da vida "perfeita", não pode ser o seu substituto. A recusa do tempo afetivo, indica a predominância no casal da pressa, da impaciência, da incomunicabilidade e, portanto, dificuldade na construção prazerosa de uma união conjugal.

Os entrevistados apontam a existência de dois tempos com conteúdo e valorações afetivas distintas: tempo da comunicação afetiva e o tempo da incomunicação afetiva. Isto é observado na separação entre o tempo **início** e o tempo **depois** que os entrevistados fazem da conjugalidade.

No entanto, é uma distinção não concretamente marcada e as fronteiras entre um e outro momento ficam bastantes esmaecidas. Suas marcas estão na valoração atribuída às ações pelos parceiros afetivo-sexuais. No **início**, acordar todos os dias com cheiro de hortelã na boca provoca suprema satisfação entre os parceiros. **Depois**, recender as fragâncias mais finas não vivifica o prazer conjugal. Esta metáfora traduz o significado que estes dois momentos têm para os entrevistados. O busílis da conjugalidade não se encontra nem no **início** nem no tempo **depois**. Conforme o entrevistado Máximo, se

o casal conseguir paciência para a "passagem", o **depois** pode ser bem vivido.

Por outro lado, chama a atenção a conotação "natural" que os entrevistados atribuem à distinção dos dois momentos, como algo imponderável, que necessariamente acontece na vida dos casais, do qual nenhum cônjuge escapa. O casal se torna impotente diante dos desígnios dessa "naturalização" (HELLER, 1985), impotência também responsável pela "visão mágica" das soluções e também pela ausência de disposição entre os parceiros para transformar tal "sina" em "autodeterminação", uma vez que a conjugalidade e o casal são o esteio da comunicação afetiva em todos os níveis.

Vejamos então como podemos entender essa dicotomia entre os tempos **início** e **depois**, do ponto de vista da emoção. Sentir é estar envolvido em algo, sendo que esse envolvimento, varia conforme a intensidade e valoração que cada indivíduo faz da emoção. Quando amamos, o objeto do nosso amor é alguém com quem nos identificamos totalmente. A nossa personalidade fica toldada por essa emoção, não deixando espaço para nenhum sentimento negativo em relação ao nosso objeto de amor. Neste estado de envolvimento é que geralmente se conhece o sentimento de gozo, ou seja, quando simultaneamente realizamos um objetivo, satisfazemos um desejo e realizamos satisfatoriamente uma vontade (HELLER, 1985).

A **perfeição** que os casais buscam é provavelmente a constância desse estado que possibilita a realização das "experiências auge". Estas, como o próprio nome indica, consistem na potencialização da emoção provocada por um determinado objeto, que os envolve por completo. Neste estado emocional, somente tem lugar em nossa consciência o objeto dessa "experiência auge". Como é impossível as pessoas viverem o dia-a-dia sob a regência de um único envolvimento, este passa a compartilhar com outros envoltimentos e perde a exclusividade. Por isso, tende a banalizar-se, a perder a graça do início e a conjugalidade pode enveredar por um caminho tedioso, muitas vezes sem volta.

Isto ocorre porque a emoção que provocou a "experiência auge" deixou de ser cultivada conscientemente. O casal encontra dificuldades para harmonizar o grande envolvimento amoroso com outros envoltimentos que o cotidiano requer. De um outro ângulo, não excludente, a dificuldade reside na travessia, ou seja, na conciliação dos dois tempos afetivos: o da potencialização da emoção consubstanciada na "experiência auge" e a "constância" à moda daquela propugnada pela ética puritana e estóica - a constância sem emoções extremadas. Isto quer dizer não a retração da emoção, mas sobretudo o refinamento exigido pela sublimação das emoções vorazes, porém fugazes.

Mas, como já assinalamos, as mudanças na modernidade ocorrem com muita velocidade e isto também atinge o mundo dos sentimentos e afetos sexuais. Como nossas emoções são aprendidas,

experienciando-as, elas também podem transformar-se por completo. A intensidade do amor e afeto sexual tende a transformar-se na medida em que experimentamos as emoções de maneira idiossincrática. A cada redefinição individual, as emoções se adequam a esse novo patamar do indivíduo, redefinindo-se quanto ao conteúdo e significado. Por causa dessas mudanças é que o casal necessita da sincronia e intensidade das emoções, dos querer e fazeres.

A ausência de sincronia e intensidade igual nas emoções, querer e fazeres entre os parceiros é, no nosso entender, também um obstáculo para a realização da união conjugal prazerosa, porque dificilmente estas exigências acompanham as mudanças operadas nas pessoas, de maneira que favoreçam aquela sincronia e intensidade requeridas. Quando isto não ocorre, a divergência de sincronia e intensidade nas emoções, fazer e querer prevalece na união e o casal dificilmente estará pleno de satisfação.

Por outro lado, neste processo, haverá uma tendência para que o milagre da identificação mútua se dissolva na rotina da vida cotidiana e a aura do encantamento se desvaneça.

O amor não pode ocupar exclusivamente a consciência dos parceiros, pois não é possível se viver com um único envolvimento. A convivência com outros envoltimentos, das mais variadas naturezas, faz parte do aprendizado conjugal e do enriquecimento emocional dos parceiros. A questão do depois tem neste momento a sua inflexão: saber conviver com outros envoltimentos não afetivo-sexuais, sem os quais o envolvimento do amor se torna débil, apressado e impaciente, é um grande aprendizado conjugal.

Michel aponta, que o desencantamento da conjugalidade está relacionado com a perda do romantismo, que presidiu a escolha dos parceiros e sua idealização. Devido às mudanças, pelas quais passam os parceiros, as bases iniciais da união são deterioradas. Mas enquanto o casal rir junto, trocar ideias estimulantes, discutir calmamente e trabalhar em projetos comuns, a união conjugal tem futuro (MICHEL, 1986, p. 249). Parece que o que importa é manter o sentido das coisas que se faz em casal e não repetir as coisas de maneira mecânica, ou seja, todas as ações conjugais devem ser cultivadas conscientemente, para não serem rotinizadas, pois as "experiências auge" tão desejadas, como vimos, não são permanentes.

Lemaire assinala que no **início** o casal tem grande desejo de cada um saber sobre o outro e falar de si, de se expressar com muita intensidade. Com o tempo, a comunicação afetiva é reduzida, seja porque o desenvolvimento do casal se dá em direções opostas, um para cada lado, dificultando o entendimento e a comunicação afetiva mútua, seja porque o casal deve cumprir a sua funcionalidade social, econômica e familiar, relegando para outro plano a comunicação afetiva. Alguns casais poderão descobrir novos

objetivos comuns e reorganizar-se. Os que não conseguirem desenvolver sua comunicação, reduzirão suas afinidades e atrativos eróticos (LEMAIRE, 1988, p. 277-278).

Talvez o que os entrevistados queiram nos dizer sobre esses dois tempos de valoração e significados específicos, é que cada um é presidido por uma lógica específica. No **início**, por emoções extremadas pela necessidade de se dar a conhecer ao outro, por relacionarem-se à moda da "fusão". É um momento de curta duração, proporcionalmente inverso ao desejo dos parceiros. Neste momento os parceiros estão referidos à incerteza e à imprevisibilidade da conjugalidade, talvez por isso a pertinência daquela relação "simbiótica", para assegurar o sentimento amoroso. Mas isto também é insatisfatório e o casal se empenha para transformar o imprevisível em previsível, ou seja, naquilo que poderá arruinar a própria união. Pois o objetivo da previsibilidade é fazer escassear a novidade e acabar ou atenuar a relação simbiótica entre os parceiros conjugais. Em cada qual reascende-se o senso da sua individualidade. Esta não condiz com a fusão inicial porque a previsibilidade traz implícita a liberdade de ação, ou seja, cada parceiro pode escolher entre várias opções de ações alternativas. O contrário é conferido pelo acaso<sup>5</sup>, que tolhe a liberdade individual.

O **depois**, com as emoções menos extremadas e uma certa previsibilidade instaurada na conjugalidade, torna desnecessário o empenho de cada um se mostrar naquilo que pensa ser o seu melhor lado. Com outras necessidades aflorando, a união parece se transformar, verdadeiramente, num casamento, cuja conjugalidade quase sempre deixa a desejar.

A lógica do **depois**, a banalização da união, geralmente prevalece, caso não haja uma separação nessa "travessia", ou o cultivo consciente da relação conjugal.

*"[...] eu acho que o amor pode terminar realmente, mas **depois de um certo tempo e eles não dão esse tempo**, os casais não dão esse tempo. Eu acho que aí é a falta de respeito, de formação filosófica, de conhecimento de entendimento [...] eles dizem ah! não é aquilo que eu esperava, não é aquilo que eu queria [...] os **casais de hoje não sabem atravessar nenhuma fase ruim. Qualquer coisa, por qualquer rabo-de-saia, por qualquer bobeira, querem separar, acabar. É preciso ter paciência** [...] a pessoa que não tem formação filosófica não sabe o que é responsabilidade dentro de um casamento. Eu acho que as coisas vão se acertando durante um certo tempo. Dizem, por exemplo, que o casamento depois dos 7 anos entra numa crise. **A crise não é nada mais do que a passagem para outra vida**. E essa passagem é que não... não dá nem tempo de chegar aos 7 anos. Hoje não dá tempo, hoje pela minha experiência é por volta de 1 ou 2 anos, porque não tem mais paciência, porque hoje tão transando antes de casar, acham que é tudo fácil, rápido, transa hoje uma, amanhã outra, acham que é fácil, pronto não quero mais..."* (Máximo,

---

<sup>5</sup> Weber associa imprevisível/acaso/irracionalidade e previsível/liberdade/racionalidade. Dentro do possível é que se pode distinguir e escolher do ponto de vista do sujeito e do ponto de vista da explicação científica. Ver Cohn (1979).

50 anos, alta).

"[...] os quatro relacionamentos, é os quatro casamentos meus terminaram assim, **fica chato, não é mais como no começo**. Isso dá com pessoas parecidas com você ou totalmente diferentes que não tem nada a ver comigo. **Ficam enfadonhos**, eu não sei porque [...] **no começo tudo legal**, tanto é que casei formalmente uma vez, e as outras 3 morei junto, mas **no começo achava que era o que eu pretendia, aí depois, ficava enfadonho** [...] eu acho que porque eu sou assim muito ansioso e ao mesmo tempo sou despojado de dinheiro, de alguns valores materiais, então quer dizer, talvez, eu não sinto apego por questão material, tal, esse tipo de coisa, e o emocional acaba indo pro mesmo barco [...] eu já tentei várias vezes, e sempre chego a mesma conclusão, infelizmente. Hoje o meu envolvimento atual, moramos junto, não é brincadeira, já tá caindo na mesma coisa é, no final é o mesmo, tá?!..." (Mauro, 34 anos, média).

"[...] aí de repente **depois de um tempo, muda tudo, sabe**, o que **eu tou fazendo agora é pra não deixar cair, se cair não levanta mais** [...] tou inventando que tenho paqueras, quer dizer não tenho, mas me mando flores, às vezes, uma caixa de bombons, [...] Quando cai a gente não tem mais vontade de se arrumar pra se mostrar pra outra pessoa, então ver algum objeto lembrar da pessoa e trazer pra ela [...]" (Denise, 39 anos, média).

"[...] é tão diferente, eu já passei por tudo isso, cada palavra se encaixa numa ação, numa maneira diferente de pensar, que é coisa muito rápida, a paixão **esse super envolvimento não é duradouro, é algo rápido, que acaba realmente indo embora com o passar do tempo** [...] e a gente não percebe, **só depois**, é por isso que eu falo, cada palavra encaixa numa ação. Ela me dizia eu te amo, então me agradava, me paparicava, me lambia, fazia tudo o que eu quisesse só pra me fazer feliz [...] **depois, ela falava estou cansada, aí não fazia mais nada, nem um beijo** [...] eu entrei na dela, não é, até tentei, mas não dava, ela não queria mais, quer dizer queria, mas naquela pasmaceira [...] eu podia forçar a barra, podia sacanear, já começar a transar outra, mas fiquei dando tempo, fiquei respeitando a vontade dela, o tempo dela..." (Antonio, 29 anos, média).

"[...] **no começo as pessoas se apaixonam**, elas podem ser diferentes, porque na paixão, você não tá nem aí, se a pessoa é igual ou diferente, **depois chega uma hora que entra no dia-a-dia, tem o cotidiano, tem aquela paixão, tem que se dar bem com outra pessoa, chega uma hora que você pode brigar muito com ele e acabar, então você não pode ser muito diferente dela. Tem que ter um ponto de vista em comum. Não pode ser água e o vinho. Tem uma hora que termina o fogo do começo** [...] quando a gente está apaixonada acha o cara um máximo, ele fala A eu acho lindo, ele fala B eu acho maravilhoso, **quando não estou apaixonada, ele começa a me irritar**, o que ele fala me irrita, chega no final não consigo nem ouvir a voz dele [...] mas é assim, é difícil, porque a própria vida leva pra esse fim..." (Tereza, 24 anos, alta).

"[...] quando o casal entra na **fase de depressão começa a não dar mais entendimento**, os problemas começam a aparecer, então por exemplo, o fator financeiro antes não era problema, agora vira problema, a mulher começa a reclamar de coisas que não tem, antes **ela não reclamava**, aí as coisas **começam a entrar num caminho diferente**, ela ou ele acha que se separando vai viver melhor [...] porque aquela concordância acabou, então eles não fazem nada pra renovar, pra melhora, olha, é melhor separar, arrumar outra, porque não vai ninguém mudar nada ou então tem que viver desse modo..."

(Chico, 38 anos, popular).

\*\*\*\*\*

## V. RETRADUÇÃO DOS SIGNIFICADOS

A antiga crença nos deuses foi substituída pela ciência que se tornou a visão dominante da modernidade, permeando todas as instituições sociais, todo o modo de ser pessoal. A vida imediata e as experiências pessoais das pessoas são características importantes da personalidade do homem moderno, sobretudo do homem do século XX. Esta personalidade foi fortemente afetada pela ênfase que é atribuída às sensações, às impressões provocadas nos outros e à aparência pessoal (SENNETT, 1988), determinando um indivíduo cioso do desenvolvimento das suas potencialidades intelectuais e emocionais.

O compromisso com outrem, desta maneira, pode limitar as oportunidades e as experiências pessoais que viabilizam a ampliação do conhecimento de si. O compromisso é com o próprio indivíduo. Um dos fatores desta individualização se deve ao fato de que a família atual, de época da valorização do consumo em detrimento da valorização das relações interpessoais, está ausente. O aprendizado e a socialização familiares deixam a desejar. Estas funções são paulatinamente substituídas por especialistas impessoais. Resulta disto um indivíduo cuja personalidade se ancora na ética da sobrevivência (LASCH, 1983) e na ansiosa superação das insatisfações. Aliás, a insatisfação, como vimos, torna-se a alavanca para a reprodução e desenvolvimento da sociedade, da família, das uniões conjugais, da individualidade etc. A insatisfação também impulsiona as pessoas a deixarem de ser contingentes, pois podem capturar dentro das múltiplas possibilidades o seu destino e se autodeterminarem (HELLER, 1988). No entanto, deste ponto de vista, a auto-realização, isto é, o desenvolvimento das potencialidades da individualidade das pessoas nunca será satisfatório, pois as experiências pessoais nunca corresponderão às expectativas geradas pelas necessidades, aumentando a distância entre expectativas e experiências. Esta distância se constitui numa fonte constante de insatisfação.

Weber já havia considerado que o homem moderno atual é incapaz da plenitude, incapaz de abarcar todo o sentido que a vida pode lhe proporcionar, porque numa "sociedade de progresso há sempre a possibilidade de um novo progresso para aquele que vive no progresso; nenhum dos que morrem chega jamais a atingir o pico, pois que o pico se põe no infinito"[...] "o homem civilizado se enriquece continuamente de pensamentos, de experiências e de problemas, pode sentir-se cansado da vida" mas não pleno dela. Com efeito, ele não pode jamais apossar-se senão de uma parte ínfima do que a

vida do espírito incessantemente produz. Ele pode somente o "provisório", nunca o "definitivo" (WEBER, 1971).

Ao nascer encontramos já constituídos a linguagem, os costumes, normas e regras, enfim toda a produção humana da nossa sociedade. Nos apropriamos de tudo isso enquanto referencial para as nossas ações e experiências. Este referencial constitui também o imaginário social porque é o que unifica a sociedade, ou a imaginação coletiva porque é a alma do corpo social que armazena experiências passadas e formula os padrões e a autocompreensão dos indivíduos nas iterações interpessoais e com as demais instâncias da sociedade.

Tal apropriação é individual e isto significa que cada pessoa a reelabora e a retraduz de acordo com suas peculiaridades pessoais num determinado contexto sócio-cultural, instaurando assim a possibilidade da diversidade.

Esse substrato social e simbólico - linguagem, costumes, produção humana, imaginação coletiva - permite a relação dos indivíduos entre si, entre grupos e também a ordenação da unidade na diversidade. Esse substrato é suficientemente flexível para basear e absorver as mudanças que se operam constantemente nos valores que presidem as ações humanas.

Na secção anterior interpretamos a presença de semelhanças segundo classe, gênero e idade, quanto à representação do casal e quanto às ações que devem ser efetivadas para a consecução de uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente, propiciadas por uma visão amplamente partilhada quanto ao que deve ser, ao ideal, àquilo que ultrapassa o cotidiano vivido.

Assim, o casal e a conjugalidade construídos sociologicamente como "tipos-ideais" constituem o parâmetro para as ações conjugais. Umas mais, outras menos, aproximam-se deste "tipo-ideal" de casal e de conjugalidade. Em princípio é uma meta, a grande busca dos homens e mulheres neste fim de século na cidade de São Paulo, como aliás em todo mundo ocidentalizado.

No dia-a-dia essas ações que configuram o "tipo-ideal" conjugal são retraduzidas, pois sofrem o impacto da diversidade das condições materiais de existência, dos momentos etários dos indivíduos e da sua condição de gênero. Isto quer dizer que as pessoas valorizam diferenciadamente as mesmas ações, numa classe social, coorte de idade, homem e mulher, pois os conteúdos das ações e da realidade são valorizados e apropriados diferentemente. Embora possam ser expressadas de maneira "igual" ou "semelhante", tanto do ponto de vista interno como externo, podem apoiar-se em conexões de sentido diferentes (WEBER, 1964).

Muitas vezes a diferenciação se expressa em atos concretos, por exemplo na maneira como os

parceiros buscam o entendimento. Outras vezes, a diferenciação se dá no nível da valoração propriamente dita, por exemplo o significado atribuído à rotina conjugal.

Como o significado e o sentimento que cada conjunto de ações encerra são atribuídos pela valoração que cada parceiro lhes empresta numa situação específica, veremos que algumas ações semelhantes no plano "ideal", quando praticadas, sofrem as mediações de classe, idade e sexo.

### **Usos da liberdade individual**

Somente quando verificarmos a concreção daquelas ações, bem como sua valoração em comparação com o casal e a conjugalidade ideais, ideais de acordo com os nossos entrevistados, é que poderemos encontrar alguma diferença.

As semelhanças existentes no plano ideal, como vimos, não querem dizer que tenham os mesmos significados, pois o sentido atribuído às ações está referido aos valores dos sujeitos envolvidos na situação conjugal. Estes, por sua vez, encontram-se estratificados em classes sociais, pertencem a grupos de idade e são diferenciados sexualmente. Neste nível - o da concreção e valoração das ações - foram empiricamente verificadas diferenciações.

As expectativas de todos os entrevistados são de concretizar e manter uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente. Este ideal é o que mobiliza as pessoas para esta "aventura". Mas a distância entre expectativas e experiência gera constante descontentamento e novas buscas.

Anteriormente classificamos as ações que não estão voltadas para a "comunicação" como de "incomunicativas", isto é, são obstáculos à realização daquele ideal. Agora vamos discorrer sobre os aspectos mencionados pelos entrevistados que na concreção e/ou valoração das ações, independentemente destas estarem ou não voltadas para a "comunicação afetiva", são concretizados e/ou valorados de maneira diferenciada.

Para o homem atual, sensível e portador de um domínio pessoal interior, a emoção é importante. A emoção - senti-la é estar envolvido em algo - é cognitiva e contextual. As ações, assim como as emoções, são significativas devido à valoração que os sujeitos lhes atribuem, donde o desenvolvimento emocional decorreria das possibilidades de aprendizagem, da diversidade de situações e do tempo disponível dedicado a tal aprendizado. As condições sociais e materiais das pessoas são importantes nesse processo educacional. Não é por acaso que a noção de amor romântico, quando emerge como valor nos séculos XVIII e XIX na França, primeiro se espalha pelas camadas sociais superiores da sociedade e muito tempo depois é que se dissemina entre os camponeses (ARIÉS, 1991).

O refinamento das maneiras e as conseqüentes emoções que o acompanham, seja no trato pessoal, no trato com os outros ou no trato das coisas circundantes, também fazem parte de um longo aprendizado (LEITES, 1987). Este aprendizado consiste em aperfeiçoar e questionar os modos de ser, agir e pensar vigentes. Em outras palavras, consiste em aprender a transcender a crueza da realidade através de mudanças no comportamento e na fala que facilitem o convívio humano. A ausência ou precariedade das mediações nas ações e na fala parece constituir entrave para a consecução ou aproximação de uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente.

A existência das mediações nas ações e na fala, entre os parceiros numa situação conjugal, indica, primeiro, que os parceiros sabem transigir nas próprias verdades, opiniões, pontos de vista. Segundo, sabem compreender que é possível e aceitam a **mudança** nas pessoas, nos sentimentos, nos gostos, nas opiniões e nos valores em que se assenta a união conjugal. Terceiro, por tudo isso, sabem extrapolar a mera crueza do real, isto é, são capazes de uma certa sofisticação na reelaboração dessa realidade.

Isto posto, fica claro que em tese as mediações apontadas permeiam a expressão dos sentimentos, determinando a maneira de agir de todos os entrevistados. Observamos, porém, a precariedade dessas mediações em alguns conjuntos de ações. Primeiramente chama a atenção o conjunto denominado "brigar" das camadas populares e o "não abrir mão" das camadas médias.

O conjunto "brigar" encerra dois sentidos para todos os entrevistados das camadas populares: o da **agressão física** e o da **discussão** (polêmica sobre opiniões divergentes). A **agressão física** entre os casais das camadas populares, já vista e revista pela literatura, virou truísmo e precisa ser desconstruída. As pessoas não desejam a "briga" nos dois sentidos. Ao contrário, suas expectativas são de harmonia, compreensão e de entendimento.

O descontentamento gerado pela não realização prática das expectativas do casal no plano ideal, e o não cumprimento das promessas feitas na época do namoro, são os principais fatores da desavença conjugal. Nas camadas populares, os homens e as mulheres desejam obter com a união conjugal uma vida melhor do ponto de vista material. Os homens durante o namoro acenam com essa possibilidade, prometendo às mulheres casa, carro, telefone etc., reforçando, pois, aquelas expectativas.

As expectativas voltadas para a melhoria de vida material, entre as mulheres das camadas populares, contrapõem-se às expectativas das mulheres das camadas altas, que se referem à realização de sonhos e fantasias ligadas mais a uma ordem simbólica, continuação do nome, da família. Estes dois significados das expectativas entre as camadas altas e populares também foram encontrados por Brioshi e Trigo (1989).

Os homens das camadas populares esperam que as mulheres exerçam suas atividades já culturalmente definidas: trabalhem, cuidem deles e dos filhos, colaborem para melhorar as suas condições de vida, não reclamem da vida e concordem com tudo o que o homem pensa, faz e fala.

Nas camadas médias, as expectativas femininas e masculinas, além da busca do ideal de casal e conjugalidade, referem-se também à ascensão material e simbólica.

Os homens das camadas altas esperam que as suas mulheres cumpram a função de orientar uma boa descendência, colaborem para a continuidade e preservação do patrimônio (nome, bens etc.) e concordem com os maridos, sobretudo nas pequenas transgressões da norma conjugal, não procurando saber de nada "porque quem procura acha".

*[...] "Para ter uma convivência boa, **precisa ter tempo de conhecimento**. No meu tempo tive só um ano de namoro e não deu para conhecer direito [...] porque a gente **vê cara e não vê coração**. Eles **fazem muitas promessas** pra gente, pra conseguir aquela pessoa [...] **eles prometem** o que de solteira a gente não tem, **depois de casada, vou te dar um carro, um apartamento** [...] Os de hoje também prometem, meu filho mesmo, trabalha, tá bem até, mas quando namorava falou que ia comprar um apartamento para ela, um carro, um telefone. **Mas hoje não é nada daquilo** [...] **Eles iludem a moça** [...] **Aí vem a desavença**, a moça começa a cobrar, quando solteiro você falou que ia dar isso, aquilo, cadê?... " (Ernestina, 42 anos, popular).*

*[...] "**minha geração queria a união perfeita** - com um **bom partido**, com **história parecida** e juntos **continuando a construir** o que os **pais construíram** [...]" (Margarida, 50 anos, alta).*

*[...] "eu achava que o **nome bastava para ter um bom casamento**, porque daria uma maior cumplicidade, mais pontos comuns... mas descobri que isso era pouco [...] eu queria uma família, muitos filhos dá mais união [...]" (Leocádia, 46 anos, alta).*

*[...] "a gente casa para **compartilhar um passado**, para viver **compromissos futuros**, educar os filhos, casa para ter uma boa prole..." (Belá, 44 anos, alta).*

Atenuar as frustrações é preocupação básica entre as mulheres mais jovens de todas as camadas sociais. Por isso, a primeira medida consiste em conhecer bem o parceiro antes de se decidir pela união conjugal. Para isso é necessário arrefecer a paixão para "pensar com a cabeça".

*[...] "**conhecer bem a pessoa antes**, e fazer tudo que tem que fazer de solteiro, **pra não ficar separando depois** [...]" (Marta, 23 anos, popular).*

*[...] "hoje não dá pra casar muito apaixonado, porque quando a paixão é muito forte você não vai fazer um bom casamento, **porque você não está pensando, porque a gente***

*precisa pensar com a cabeça pra escolher bem, porque quando me apaixono sempre acho que é o homem da minha vida, daí um tempo eu vejo que não é. Por isso, **não pode casar rápido**, precisa namorar muito..."* (Sância, 20 anos, alta).

*[...] "eu não vou casar assim de repente, **vou dar um tempo e ver se é isso mesmo o que eu quero**, se ele é mesmo o carinha que estou a fim. Eu vou controlar mais o meu casamento, porque **eu vou conhecer mais a pessoa e vou saber mais o que eu quero** [...]"* (Mirna, 20 anos, média).

Voltando à compreensão do conjunto de ações "brigar" das camadas populares, a relação homem e mulher numa união conjugal, quando é desigual nas atribuições dos papéis sexuais, geralmente sob a dominância masculina, como vimos é denominada de relação de "complementaridade", "tradicional" ou "assimétrica". Porém não é obstáculo para que no plano do **que fazer** os entrevistados apresentam opiniões semelhantes às opiniões dos entrevistados, cujas conjugalidades sejam menos "tradicionais".

Entretanto, uma conjugalidade do tipo "tradicional" enseja conflitos porque não se coaduna com a personalidade dominante, cujos traços básicos ressaltam a ênfase na liberdade individual e desenvolvimento emocional dos parceiros. Nas camadas populares essa relação "desigual" entre os parceiros aparece com mais força porque a agressão física compõe com bastante visibilidade a conjugalidade. E isto faz sentido se entendermos que a emoção e a sensibilidade são cognitivas e situacionais. Ou seja, o aprendizado emocional está diretamente ligado à vivência de múltiplas situações concretas e ao tempo disponível para se refletir sobre elas. Todas estas condições favoráveis propiciam o refinamento emocional, como também aumenta a crença na mutabilidade das pessoas, dos valores, dos sentimentos etc.

*[...] "a gente sempre tem que conversar para entender, mas tem um **limite de tolerância**, se ela **não aceita, tem que mudar**, eu espero. Tolero, mas se não concordar, **se não resolve, aí eu parto pra porrada...**"* (Adriano, 23 anos, popular).

*[...] "desde que casa, se os dois **combinam pra casar, tem que continuar assim, sem violência**, desde que se une pra casar é pra ter uma vida boa, **não é pra espancar** [...] por aqui, muitas é por causa da bebida que ajuda nos espancamentos, nas desavenças..."* (Luisa, 37 anos, popular).

*[...] "**tem muita briga, vivem brigando**, por causa do dinheiro, porque falta alimento, a roupa, se quebra uma coisa não dá pra arrumar [...]. Às vezes não dá briga, **dá discussão, um fala, outro fala, um quer ganhar, o outro quer ganhar, aí não se entende, aí é o homem quem manda**, é a opinião dele, e pra acabar a discussão a mulher fica quieta..."* (Célia, 20 anos, popular).

O segundo significado atribuído à "briga" consiste na "**discussão**", aqui entendida como a exposição e debate de ideias e pontos de vista divergentes. A harmonia e o entendimento no casal, projeto de todos entrevistados, são obstaculizados nas camadas populares, principalmente pela "briga" - **violência física e discussão** - porque compreendem que na conjugalidade não deve haver discordância. O casal deve ter opiniões, sentimentos e gostos semelhantes. Divergências e discussões são indicadores de discórdia. O exercício do diálogo, embora tido como prática necessária no casal e na conjugalidade, como vimos, abala a união conjugal, pois desestabiliza a segurança do casal e porque o ponto de vista desta camada é o de que ambos os parceiros têm que concordar ou discordar igualmente. A discordância de um dos parceiros em relação a qualquer opinião pode ser punida ou resolvida na "porrada", como diz um dos entrevistados.

Nas camadas populares brasileiras, a preocupação com a sobrevivência miserável dificulta o refinamento nas emoções e no trato com as demais pessoas, principalmente no das relações íntimas.

O segundo conjunto de ações - sentimentos refere-se a "não abrir mão", encontrado em homens das camadas médias. Quer dizer "**não ceder**", "**não tolerar**", "**não ponderar**", "**não entender**", "**não aceitar**", "**não mudar**". Este conjunto pode ser considerado uma variante da "**não discussão**" das camadas populares, pois traz embutida a impossibilidade da divergência e seu corolário: a preponderância de uma única verdade sem crítica e sem questionamento.

Com o intuito de proteger o desenvolvimento da sua individualidade, da sua liberdade de ação, e contra sacrifícios pessoais em prol da consolidação de uma união conjugal, estes entrevistados "não abrem mão" de seus próprios projetos, embora no discurso concordem que o ideal é o contrário. Na prática agem desconsiderando estes aspectos, as mediações necessárias para saber transigir nas próprias verdades.

Os dois conjuntos ressaltados, "discussão" e "não abrir mão", o primeiro observado nas camadas populares e o segundo nas médias, embora se assemelhem na prática quanto às ausências da mediação, da crítica e da divergência, diferem quanto ao significado atribuído a cada conjunto de ações pelos entrevistados. Evitar a "discussão" resguarda a união, em favor do entendimento e concórdia conjugais. "**Não abrir mão**" significa mesmo "**não ceder**", "**não entender**" e "**não negociar**" com o parceiro afetivo-sexual para que o projeto de crescimento pessoal seja resguardado e esteja acima da união conjugal.

*[...] "rotina é monotonia, repetição, fica enfadonha [...] a minha **personalidade não se adapta a isso**, a vida de casado, apesar de eu estar no 5º casamento [...] sempre morei junto, o primeiro com 18 anos foi casamento civil e religioso (...) porque tem horários, tem que **dar conta de certas questões domésticas**, a outra quer sempre ser encaixada nos*

meus negócios, nem sempre dá...

Porque **no casal tem que se abrir mão de muitas coisas**, conviver até a morte [...] **mas isto é próprio da geração dos meus pais, ou dos casais que conseguiram viver 10, 15 anos juntos** [...] ambos estão sempre abrindo mão de certas questões **pra fazer a finalidade maior do casal que é conviver junto** naquela coisa, de que a morte nos separe [...] então o pessoa da minha geração, não tá nessa de abrir mão, porque o que se vê, é que nesses casais de 10, 15 anos juntos, **é porque fizeram vários sacrifícios para manter a união** [...] tem coisas também. Eu acredito que realmente o **prazer da pessoa é estar bem, é estar bem com ela mesma, né?** [...] o **estar bem eu acho que não significa sacrifício, e eu vejo essas pessoas sacrificadas mesmo, né?** Ontem mesmo eu estava conversando com uma amiga, que tá há 15 anos casada, que não tem tesão há muitos anos, há 3 anos não transam e não se separam. Eu imagino as peripécias que fizeram para dar uma "fugidinha" e se é que foram capazes disso [...] ficam os dois se suportando porque a questão econômica interfere na separação, não permite que cada um tenha o seu espaço, né? E cada um não tem abertura, já que não separam, de ter uma vida sexual independente, que dizer, então os dois ficam na base do sacrifício [...]

[...] eu mesmo já acabei certos relacionamentos porque o tesão foi pro espaço, porque pinta outra pessoa, a pessoa é nova, a paixão é nova, tudo isso faz com que a gente perca o tesão com a pessoa que a gente está convivendo [...] agora também se passa o tesão é porque a relação com quem já se vive, é porque não deve estar muito boa.

[...] eu só tive que mentir quando pintou um relacionamento duplo, isso acontece, né? ... se as pessoas entendessem de outra forma, podia conviver assim, e só separar se tá mal mesmo (...) mas quando isso aconteceu, já estava realmente ruim, o que tinha de bom já tinha ido pro espaço, já tava na hora mesmo de partir para outra [...].

[...] porque eu **sempre estou na busca de mais prazer, de mais paixão com outra mulher...**" (Mauro, 34 anos, média).

Evidentemente que este depoimento é exemplar na medida em que ele consubstancia o tipo-ideal de "personalidade dominante". No geral, os demais entrevistados, uns mais, outros menos, "abrem mão" "toleram" e "cedem", do contrário seria praticamente impossível a convivência conjugal, como é o caso do entrevistado Mauro, por qualquer insatisfação, parte para uma nova união.

Nas camadas altas pode ser encontrada uma outra maneira de conceber o uso da liberdade na situação conjugal, que propicia o desenvolvimento da individualidade. O exercício da liberdade individual contempla o outro, o parceiro. A tolerância, a concessão na conjugalidade, não atrapalha aquele desenvolvimento pessoal, aliás são mediações necessárias neste empreendimento. Um depoimento exemplar desta concepção resgata ingredientes já assinalados anteriormente na "ética puritana do casamento".

[...] **"casar é renunciar um pouco ao que se é, não depende da nossa vontade, é algo que acontece (...)** tem que se adaptar, pegar a onda, reagir conforme as coisas acontecerem [...]

[...] **O outro é o limite da minha liberdade** [...]

[...] **no casamento os extremos são ruins. Por exemplo a paixão demais atrapalha porque**

*leva à deformação, um quer absorver demais o outro, fica muito melosa, e o casal se fecha para o resto da vida [...] a pessoa amadurece e manera os extremos. Fica mais tolerante com os limites e falhas dos outros [...] se a paixão é forte anestesia as outras manifestações da pessoa, quando a paixão esfria pesa mais o respeito. [...] se quiser que a manifestação dos sentimentos seja igual no casal, um não pode dominar, porque a dominação anula uma das partes, se não fizer concessão, dá prepotência de um lado [...]" (Martim, 39 anos, alta).*

Nas camadas populares os entrevistados concordam, como já vimos, que no casal deve haver o entendimento e deve-se abrir mão da nossa subjetividade para uma união afetivo-sexual prazerosa e permanente. Na prática esbarram com o obstáculo da "briga". Como prevalece uma conjugalidade sob a dominância masculina, quem cede, quem **abre mão**, é a mulher e de maneira monológica, como vimos, no depoimento de Célia.

### **Ausência de novidades**

Um outro aspecto que merece atenção, porque é valorizado de maneira diferenciada, se refere à **rotina** conjugal, isto é, ao próprio exercício da convivência conjugal. Comumente a rotina é entendida como o viver o dia-a-dia repetidamente: levantar, dormir, trabalhar, amar, cuidar da casa, dos filhos, receber amigos, visitar parentes, não sair de casa, não passear etc., o que configuraria uma ausência de predisposição para viver bem a conjugalidade: o exercício cotidiano da repetição constante sem inovação, sem novidade.

De acordo com as necessidades da personalidade dominante que procura incessantemente novas experiências, qualquer atividade rotineira que não acrescente algo à sua individualidade não pode ser satisfatória.

Entretanto, nas camadas **altas**, apesar das exigências dessa personalidade dominante, prevalece a ideia de que a **rotina** conjugal é necessária, bem-vinda e estabiliza a união, porque é impossível viver sem a criação de rotinas. Esta pode até ser enfadonha, mas é muito importante para a reprodução e transmissão dos valores, nome e tradição, servindo como garantia da continuidade destes. A "rotina" não provoca a ruptura conjugal como também não obstaculiza a "atração sexual". Esta muda de feição com o tempo, segundo os entrevistados, e a conjugalidade pode se transformar numa grande amizade.

*[...] "tudo o que eu faço diariamente, todas as minhas atividades têm uma rotina... agora, se no casamento tudo o que se faz é feito sem vontade, de maneira mecanizada, sem prazer de olhar o outro, então pode se resolver isso, conversando. Não é rotina que*

*faz isso, é porque não se gosta mais, não se tem mais "tesão" [...] agora pode continuar porque já tem laços muito fortes que ligam o casal [...]" (Cida, 50 anos, alta).*

*[...] "o **casamento é rotina, tudo tem uma rotina, é a gente que decide as coisas numa rotina. Não é ela que piora a relação. A gente tem que ter outra proposta. Aquela paixão termina com o tempo, então tem que ter outra proposta que se adeque às neuras do casal... se a gente "trepasse" bem, a gente seria perfeito"** (Ilda, 39 anos, alta).*

*[...] "**todas têm uma rotina, não dá para viver cada dia uma coisa diferente, tem que ter bom humor (...) o que seriam das férias se não fosse a rotina?"** (Sância, 20 anos, alta).*

*[...] "**rotina é uma coisa natural. Você vive numa rotina se o "tesão" virar rotina, ele tem que virar mesmo. É natural, porque duas pessoas juntas buscam a rotina, se não, não são duas pessoas junto, é uma de cada lado [...] se desgasta a união não é por causa da rotina, a rotina pode ser cada dia mais legal"** (João, 21 anos, alta).*

Já nas camadas **médias** a rotina conjugal significa fatalidade para a duração da união conjugal prazerosa. Fatal para a perda da atração sexual. Como a rotina é a repetição maquinal diária do que se fez na véspera, como assinalam os entrevistados das camadas médias, ela é corrosiva e desgasta a conjugalidade, pois a falta de novidades faz com que os parceiros conjugais não tenham mais coisas a revelar um ao outro. Aquele prazer inicial da união, com o tempo, perde o viço e aos poucos fenece, deixando em seu lugar, muitas vezes, a indiferença e a conjugalidade mecanizada. Para os entrevistados das camadas médias a rotina, entendida desta maneira, torna-se uma força inexorável que leva à ruptura conjugal.

*[...] "**rotina é o maior perigo. Na paixão escreve verso, depois estabiliza, nem um bilhetinho. É difícil renovar por causa do cotidiano...**" (Anita, 46 anos, média).*

*[...] "**a rotina leva à acomodação. O casamento fica xoxo, ninguém fica com saco pra lutar por uma união melhor, ficam se relacionando como se fossem indiferentes, tanto faz como tanto fez [...] pode separar, se não der uma levantada...**" (Virginia, 25 anos, média).*

*[...] "**porque o casal tem sempre que estar feliz, se dando bem, porque se ficar sem graça nenhum tem vontade de melhorar a relação, tem que inovar sempre, inventar coisas, fazer coisas, para que a relação não caia na rotina [...] se cair, eu acho que não tem mais salvação ..."** (José, 36 anos, média).*

*[...] "**todo o cuidado é pouco. Se você me perguntar eu não sei o que fazer, mas eu vejo que todo casamento fica mal, quando cai na rotina ..."** (Augusto, 32 anos, média).*

A rotina nas camadas **populares** significa, primeiro, uma repetição do trabalho sem descanso e,

segundo, sem tempo e dinheiro para o lazer - passeios e visitas. A **rotina** também pode ser considerada boa quando é a repetição de coisas que agradam e que reforçam o entendimento do casal. A **rotina** pode ser considerada má quando é a repetição da "briga" - violência física e discussão -, podendo levar a uma futura separação.

O cansativo dia-a-dia e a ausência de lazer não é o que esperam da vida e muito menos da união conjugal. Como é difícil alterar este quadro em função das poucas alternativas oferecidas pelas condições de vida, os entrevistados tiram proveito da **boa** rotina, que é sempre bem-vinda porque fortalece a conjugalidade e a união.

*[...] "o casal se casa e se deixa acostumar [...] fazer uma coisa direto... tem os **momentos de rotina boa, que é a conversa, o entendimento** [...] a rotina má é todo dia tem que ter aquela discussão dentro do lar, porque o marido não faz. **Você fala e ele não quer ouvir, ou o filho, ninguém quer ouvir...**" (Ernestina, 42 anos, popular).*

*[...] "olha, **fica sempre em casa, não passeia, não vai em nenhum lugar. Mas isso é normal**, porque sai caro. O resto, dia-a-dia, todo o trabalho, a escola, aniversário de alguém, é normal. **Se o marido bebe ou briga é ruim**, mas já é normal [...] eu não quero isso, eu só quero uma rotina boa, de paz" (Célia, 20 anos, popular).*

A rotina, resumidamente, pode ser entendida como a ausência de novidades na conjugalidade. Não porque não se encontre nada se movendo, acontecendo, mas porque cada coisa acontecida, cada novo evento, é logo absorvido ao dia-a-dia e passa a se repetir diariamente ou, dependendo da qualidade do evento, é diluído, fugaz e termina. Acaba a novidade.

Esta concepção de rotina é produto de uma certa dificuldade das pessoas em pensar e agir diferente do que é vigente, porque traz embutida a ausência do movimento que cria a novidade, fortalecendo a crença na imutabilidade nas pessoas, nos valores e nos sentimentos.

No entanto, como na vida as pessoas se adaptam de maneiras diferentes aos diferentes momentos de suas trajetórias, de maneira similar esta ocorre na situação conjugal. O movimento, a mudança, ensejam novidades e assim cada parceiro sempre terá revelações a fazer um ao outro, pois a rotina em si, sempre ocorrerá numa situação conjugal, obrigando o casal a se preparar para o exercício da conjugalidade. É quase certo que a apreensão de novidades no casal seja resultado de um constante exercício de perscrutação da conjugalidade, como já foi indicado pela ética puritana do casamento (LEITES, 1987).

De qualquer maneira, o tédio e seu corolário são obstáculos para o prazer conjugal, e impelem os parceiros para a busca da satisfação individual ainda nesse âmbito. Caso não se resolva no interior do

casal, restam as alternativas: o casal arrastar até aos seus últimos dias uma união cada vez mais insatisfatória; o casal romper a união; o casal, ou um dos cônjuges, procurar a infidelidade. Aliás, esta última alternativa, por propiciar o prazer perdido na conjugalidade oficial, pode contribuir para a duração da união.

### **Fidelidade conjugal versus liberdade individual**

Um outro aspecto bastante focado por todos os entrevistados é a fidelidade conjugal. Desejada no plano ideal, caso não seja cumprida na prática é tida como uma transgressão grave e o parceiro transgressor deve sofrer alguma sanção. As diferenças observadas entre os entrevistados quanto à prática da infidelidade podem ser resumidas nos seguintes níveis: da aceitação dessa possibilidade no parceiro; da aceitação dessa possibilidade só para si; de não aceitação em qualquer hipótese.

O primeiro nível - a aceitação da possibilidade no parceiro - é captado entre as mulheres das camadas populares, de todas as idades e nas camadas altas, exceto mulheres na faixa etária de 30 a 40 anos e homens da faixa de 30 a 50 anos. Quando a infidelidade é admitida como possibilidade no parceiro, esta é sempre justificada por ser decorrente de algum problema que o parceiro está vivendo, ou porque se trata de uma primeira vez. Portanto, passíveis de perdão.

*[...] "depende da cabeça, às vezes conversando podem se entender, e **não separar por causa da traição, mas eu acho que não vão se entender nunca** [...]" (Célia, 20 anos, popular).*

*[...] "hoje dá **muita separação por causa de traição** [...] mas é conversando que se entende, porque a **primeira vez que acontece, errar é humano**, mas da segunda vez não dá perdão..." (Ernestina, 42 anos, popular).*

*[...] "tem **liberdade**, mas tem **que ter fidelidade**, se ela tivesse um caso eu até **entenderia**. Eu não daria a liberdade de trair, **mas entenderia**. **Dependendo da situação dá para compreender** porque sou aberto se ela for sincera. **Conversar até entender** [...] mas quando é amor mesmo não há tesão por outra pessoa, até pinta mas segura, infidelidade só numa situação muito ruim" (Junior, 20 anos, alta).*

*[...] "**ficava puta quando ele estava galinhando**, me fazendo de boba, em festa por exemplo. Isso eu não admitia galinhar na minha presença [...] **agora, eu não procuro, não faço questão de saber, quem procura acha** (...) o **que me importa é ele ser ótimo comigo dentro de casa**" (Leocádia, 46 anos, alta).*

*[...] "se houver uma **traição**, não dá pra falar, às vezes vale a pena esquecer, quando não valeu, quando fez por fazer. Agora, se mexeu tem que falar, porque está te preocupando, te prejudicando, aí coloca, porque o outro mexeu, então é bom colocarem e ver, se for o*

*caso separa" (Sância, 20 anos, alta).*

A infidelidade é admitida como possibilidade apenas para si, captada entre os entrevistados homens das camadas altas e médias acima de 40 anos e mulheres das camadas médias também acima dos 40 anos.

*[...] "fidelidade, é muito difícil. No meu caso, eu não sou fiel, o casal deveria ter liberdade para que cada um fizesse o que quisesse [...] eu faço e não conto [...] porque o dia-a-dia do casal acaba com a fidelidade [...]" (Rui, 39 anos, média).*

*[...] "a liberdade individual surge com o tempo, depois de alguns anos de casamento. No começo essa liberdade pode levar à separação, mas depois na fase da amizade pode. Já está estabilizado, as pessoas já consolidaram o casamento e a família [...] nesta fase tem liberdade, a sexual só sob grande sigilo [...]" (Paulo, 46 anos, alta).*

Quando a infidelidade não é aceita para nenhum dos parceiros, estas opiniões são encontradas nos homens das camadas populares, de todas as idades, nas mulheres das camadas médias, até a idade de 40 anos, e homens das faixas etárias 20 a 30 e 40 a 50 anos.

*[...] "tem que ter fidelidade, por isso que eu acho que antes de casar tem que pensar muito bem, aproveitar bem antes, porque infidelidade só se for muito escondida, porque se eu descubro eu não perdoo" (Mirna, 20 anos, média).*

*[...] "se vou com outro é porque estou envolvida, e isso é porque o meu casamento acabou. Por isso é que tem que haver fidelidade. Se houver traição é porque acabou e aí separa. Acho que se a cama for boa, acaba o casamento, porque leva à traição [...]" (Virgínia, 25 anos, média).*

*[...] "aceitar o outro, repartir ideias, ceder, aceitar as particularidades do outro e saber combiná-las com as nossas [...] só não aceito infidelidade, ambos tem que ser fiéis um ao outro, se acabou o tesão separa, não precisa trair ..." (Bernardo, 23 anos, média).*

*[...] "liberdade sexual depende do acordo. Se ambos concordam e for explícito, se ambos acham que podem conviver com essa duplicidade [...] na minha opinião seria difícil, eu não conviveria assim [...]" (Mario, 47 anos, média).*

*[...] "sou super possessiva, não traio, não quero ser traída. Só quando o meu interesse for por outra pessoa, aí eu partia para essa outra, se pinta algo diferente que mexa mais comigo [...]" (Denise, 39 anos, média).*

*[...] "liberdade sexual, não dá, já tentei, mas é uma barra, a gente machuca e sai machucada..." (Marina, 40 anos, média).*

*[...] "infidelidade, não, só se for muito escondido, porque eu não tenho vocação para*

**cornio.** *Aí separa, porque se procura na rua porque não tem em casa, então separa [...]"* (Chico, 38 anos, popular).

*[...] "se há amor, tesão não faz sentido trair, trazar com outra, se tranzo é porque não faz mais sentido, então é melhor separar, e eu separo [...]"* (Adriano, 23 anos, popular).

*[...] "nem pensar, não sou cornio, também não quero por chifre na minha mulher, porque se acontecer perde a vergonha, perde o respeito ..."* (Cláudio, 40 anos, popular).

Apesar dos entrevistados admitirem a infidelidade, é sempre no plano da possibilidade quando se trata do outro. Na verdade, a fidelidade sexual enquanto exigência conjugal se contrapõe à liberdade individual pressuposta como necessária para as múltiplas experiências que realimentam a personalidade dominante. A fidelidade expressa um valor e um sentimento, o da posse, o de possuir o outro, englobá-lo, cercar sua liberdade de ação. Trata-se de um sentimento fortemente arraigado na imaginação social desde a ética estóica da vida em casal, tanto é que a abolição da indissolubilidade matrimonial pouco o abalou. O casal seria o vínculo principal na vida das pessoas, do qual resultaria um modo de existência compartilhada pelos parceiros para reforçar a estabilidade conjugal, o entendimento, a atenção e fidelidade. O casal constituiria um conjunto sólido, uma "fusão integral".

Também nos ensinamentos cristãos da Idade Média veicula-se uma concepção semelhante de pertencimento conjugal. Os parceiros pertencem um ao outro, numa fusão indissolúvel, como atesta a primeira epístola de São Paulo aos Coríntios: homens e mulheres tinham os mesmos deveres e os mesmos direitos sexuais porque os seus corpos pertenciam um ao outro. "Para evitar a impudícia, que cada um tenha a sua mulher e que cada mulher tenha o seu marido. Que o marido entregue à sua mulher o que ele deve e que a mulher aja da mesma forma frente ao marido. A mulher não tem autoridade sobre seu próprio corpo, mas sim o marido, e da mesma forma, o marido não tem autoridade sobre seu próprio corpo, mas sim a mulher" (FLANDRIN, 1988).

### **União prazerosa versus cotidiano**

No início da união todos os entrevistados acreditam que é viável compatibilizar prazer e cotidiano, como vimos atrás. Na ética puritana do casamento, conforme a interpretação de Leites, essa compatibilização acompanha a duração da união, contanto que os parceiros mantenham moderação e constância dos sentimentos, opinião esta compartilhada pelos entrevistados homens e mulheres das camadas altas, acima dos 30 anos.

No sistema malthusiano de casamento, conforme MacFarlane, a compatibilização de prazer e

cotidiano é recomendável. Para a obtenção de um bom casamento com certo conforto é necessário que na escolha individual os parceiros contemplem a paixão e o interesse, isto é, o impulso e o cálculo. Também na concepção de união afetivo-sexual atual, conforme Badinter, a conjugalidade procurada e possível deve estar determinada pela amizade, pela igualdade dos parceiros em todos os níveis, mais a liberdade individual e o erotismo. Alcançar esta conjugalidade é atingir a união perfeita e, segundo Badinter, é a tendência que se verifica hoje, contanto que o casal saiba enfrentar os desafios e conciliar o amor por si com o amor pelo parceiro, por um lado, e que saiba negociar os desejos de liberdade individual de cada um com o desejo de "simbiose" conjugal, por outro.

São sem dúvida enormes os desafios à concreção da união afetivo-sexual prazerosa e permanente, tais como compatibilizar a desejada autonomia individual, tão cara à personalidade dominante, com a desejada "fusão" conjugal, mais a necessária convergência de tempo e intensidade das emoções dos quereres e dos fazeres.

O que se deseja idealmente são metas que orientem as ações das pessoas. Inicialmente como exercício de reflexão e questionamento. Com o passar do tempo esse exercício vai se disseminando e ganhando amplitude social, vai se enriquecendo com outros questionamentos e concomitantemente vai ganhando materialidade.

Até cinco décadas atrás, a condição feminina parecia imutável. A mulher dona-de-casa e mãe-de-família parecia ser a sina de todas as mulheres, salvo as exceções de praxe. O questionamento dessa condição vai se ampliando e vai ganhando corpo uma nova concepção: a mulher, a partir de inúmeras possibilidades que tem pela frente, pode capturar o seu destino e autodeterminar-se. Isto tornou-se possível na medida em que é responsabilidade das mulheres ultrapassarem aquela condição anterior.

Da mesma maneira, os desafios para se alcançar a união afetivo-sexual prazerosa podem inviabilizá-la, pois contém ingredientes conflituosos e incompatíveis que podem se constituir nos germens da ruptura, ou então, apontar para a reformulação da própria união conjugal.

A união afetivo-sexual idealizada pelos entrevistados é, ao mesmo tempo, o horizonte buscado por eles. O conflito entre os ingredientes dessa idealização e a prática concreta da vida conjugal enseja a ruptura da relação e traz, por via de consequência, a construção de uma nova união ou a reformulação da antiga. Uma e outra, porém, mantendo por parâmetro aquela meta idealizada.

Para os nossos entrevistados é possível a realização dessa união idealizada no início da união, momento em que os parceiros quase que exclusivamente estão voltados para este objetivo, desejando e querendo construir uma união prazerosa. Esse início dura pouco e parece que cada vez menos. Por que

isso acontece? Por que aquelas "compatibilizações" não predominam na conjugalidade "para o resto da vida"?

Num exercício de reflexão podemos arriscar um palpite.

Acreditamos que o exercício da "racionalidade comunicativa" (HABERMAS, 1987) na situação de ação conjugal, se não transforma as ações pressupostamente incompatíveis em ações compatíveis, pelo menos pode prolongar esse período inicial, ou ainda constituir-se efetivamente num procedimento para a reformulação da união conjugal sempre que necessário e de acordo com os cônjuges.

Anteriormente vimos que a ação comunicativa traz implícitos o diálogo, a crítica e o questionamento fundamentado, ensejadores das mudanças necessárias entre os interlocutores da situação. Os parceiros conjugais diante de problemas concretos terão que dialogar e criticar, sempre argumentando e questionando opiniões conflituosas, fundamentando discordâncias e, num trabalho de refinamento, obter o consenso específico para uma determinada questão. Este procedimento dá margem a que após cada consenso obtido seja possível definir ou redefinir a situação conjugal, caso os parceiros assim desejarem, pois, o questionamento fundamentado suscita a emergência de novos conteúdos e significações para as ações, e estes permitem a redefinição da situação. Aí, se uma "norma ou regra" for rejeitada, esta rejeição só tem validade se tiver fundamento num argumento completo, já que o "argumento completo" enseja, numa situação de ação, que o interlocutor mude seu comportamento, seus valores, e passe a aceitar uma norma de ação que não havia considerado (HELLER, 1984).

Estes procedimentos, exigem que as ações entre as pessoas amadas sejam legitimadas pelo diálogo, permitindo ao casal decidir se aquelas "normas e regras" que anteriormente presidiam a conjugalidade ainda têm validade. A argumentação da ação comunicativa permite que um parceiro conjugal prove a pertinência das opiniões e argumentos emitidos por ele, ou seja, a argumentação suscetível de questionamento fundamentado, como vimos, é o que permite a geração do consenso (a harmonia virtual) e necessita também do exercício constante da liberdade individual de cada parceiro, isto é, ambos têm que estar livres dos ressentimentos e das concepções "imutáveis" e/ou "naturais" das relações humanas.

\*\*\*\*\*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uniformidade entre as opiniões dos entrevistados, tanto as opiniões sobre **o que deve ser** feito para a obtenção da união afetivo-sexual prazerosa e permanente, como a representação do casal, são mutuamente referidas. Numa interpretação provisória, tal uniformidade, e não a distinção de classe, sexo e idade, como esperávamos, se deve ao fato, de que o **que deve ser** feito, nas opiniões dos entrevistados, revelam um ideal de casal desejado. Apontam um modelo que corresponde às suas necessidades e que circula, provavelmente, pelo imaginário social, e este por estar acima das condições materiais de existência, unifica a sociedade, porque veicula necessidades humanas e suas soluções.

A distinção que esperávamos obter, ocorre no nível da concreção da união conjugal, ou seja, na maneira de arranjar os ingredientes que podem constituir a união prazerosa e no nível da retradução dos significados das ações.

As ações que dizem respeito ao **que se deve fazer**, foram analisadas de acordo com o quadro conceitual da ação comunicativa e teoria dos sentimentos.

Toda ação tem sentimento, como a emoção é cognitiva-situacional, a emoção também é racional. Do ponto de vista, de que razão e emoção formam uma unidade, as ações voltadas para a obtenção da união afetivo-sexual prazerosa e permanente, compõem um conjunto comunicativo. Apesar, dos entrevistados apresentarem soluções para a concretização da união conjugal prazerosa, eles não investem devidamente para alcançá-la.

A conjugalidade, no geral, é satisfatória por um período curto. Por isso, dois tempos são marcantes na trajetória conjugal. Dois tempos afetivos com conteúdo e valorizações emocionais específicos - o início e o depois, ambos permeados pela imediatividade e impaciência, obstaculizadoras das necessárias, sincronia e intensidade nas ações e emoções dos parceiros conjugais. Na travessia entre os dois tempos afetivos encontra-se o busílis da conjugalidade. A intensidade do amor e do afeto sexual tende a transformar-se, na medida em que, experimentamos as emoções de maneira idiossincrática.

Contatamos a retradução dos significados de algumas ações, isto é, o conteúdo das ações são valorizadas e apropriadas diferentemente. Considerando que o homem atual, sensível a portador de um domínio pessoal interior, para ele, o enriquecimento emocional é sobremaneira valorizado. Este só é possível, com o aprendizado das emoções obtido na diversidade das experiências pessoais. No bojo deste aprendizado diversificado, aprende-se também, o refinamento nas maneiras de agir, sentir, pensar. Refinamento que é também, aprendizado de mediações, extrapola a realidade bruta, para permitir o

convívio humano. O uso de mediações indica que os parceiros sabem transigir das próprias verdades, aceitam as mudanças e a diversidade.

Nas camadas populares a "agressão física", geralmente, praticada pelos homens contra as mulheres, decorre do precário aprendizado emocional e conseqüente ausência de mediações nas ações. O significado imputado à "discussão" remete não à exposição de ideias e pontos de vista, mas significa ideias divergentes, o que por si só, tumultua o pretendido entendimento conjugal. Portanto, a divergência não tem lugar, predomina apenas uma verdade geralmente a masculina. Da mesma forma o conjunto "não abrir mão" observado nas camadas médias, descarta a possibilidade da diversidade de opiniões, e ações, prepondera uma única verdade sem crítica ou questionamento.

A ausência de novidades, consubstanciada na **rotina**, na repetição das ações, é compreendida como necessária e bem quista nas camadas altas; como causadora da banalização da união e por vezes da ruptura conjugal, nas camadas médias; bem-vinda quando são repetidas ações que levam ao bom entendimento e execrada, quando repetem a briga e a discussão, nas camadas populares.

A fidelidade conjugal, apesar de, ser considerada necessária para uma prazerosa união conjugal, por si só, não condiz com a necessária liberdade individual para a multiplicidade de experiências que compõem a riqueza emocional, requisito para o desenvolvimento da individualidade do homem atual. O significado da fidelidade conjugal é semelhante entre os entrevistados, as diferenças dizem respeito ao nível da conjugalidade, na maneira com que os entrevistados fazem uso dela.

Que força é essa, que desafia a liberdade individual, tão cara ao homem moderno? Não é por acaso, que a fidelidade conjugal continua tão marcante, apesar das transgressões comumente aceitas e até legitimadas em alguns casos. Acreditamos que essa força, meio fora de época, provenha da crença atual de que na vida conjugal, pode-se e deve-se compartilhar prazer erótico-sexual com o cotidiano conjugal, ou seja, a emoção com a razão.

O procedimento dialógico no interior da conjugalidade, o qual requer o questionamento fundamentado, permite ao casal, redefinir tantas vezes quantas forem necessárias a situação conjugal e, portanto, para cada necessidade uma nova verdade conjugal pode ser construída. Tal redefinição só é possível se, razão e emoção são entendidas como uma unidade, a qual, é ingrediente básico na consolidação do consenso.

O procedimento dialógico, também suscita o refinamento emocional, e este o entendimento conjugal porque a comunicação no casal é profundamente afetiva. Quanto maior a capacidade de interpretação da diversidade emocional, maior o desprendimento pessoal voltado para o outro, maior a

riqueza emocional e maior a comunicação afetiva entre o casal.

\*\*\*\*\*

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, W. T.; HORKHEIMER, M. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo, SP: EDUSP, 1973.
- ARIÉS, P.; DUBY, G. (Org.). **História da vida privada**. São Paulo, SP: Cia das Letras, v. 1-4, 1990/1991.
- \_\_\_\_\_. O amor no casamento. In: \_\_\_\_\_; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. São Paulo e a carne. In: \_\_\_\_\_; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. O casamento indissolúvel. In: \_\_\_\_\_; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- AZEVEDO, T. Família, casamento e divórcio no Brasil. **Journal of Interamerican Studies**, US, v. 3, n. 2, p. 213-237, 1961.
- BADINTER, E. **Um é o outro**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1988.
- BÉJIN, A. O casamento extra-conjugal nos dias de hoje. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- BERQUÓ, E. Pirâmide da Solidão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., 1986, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1986.
- BOOTH, A.; WELCH, S. Spousal consensus and its correlates: a reassessment. **Journal of Marriages and the Family**, v. 40, n. 1, p.23-32, 1978.
- BOZON, M.; HERAN, F. La découverte du conjoint. les scenes de recontre dans l' espace social. **Population**, Paris, v. 43, n. 1, p. 121-151, 1988.
- BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. Família: reprodução e cotidiano reflexão sobre campo. **Textos Ceru**, São Paulo, SP, n. 1, 1989.
- CAMARGO, C. P. F.; OLIVEIRA, M. C. F. Padrões de casamento. In: BERQUO, E. **A fecundidade em São Paulo**. São Paulo, SP: Brasileira de Ciências, 1977.
- \_\_\_\_\_. Alguns problemas jurídicos em xique-xique. **Revista de Sociologia**, São Paulo, SP, n. 14, p. 293-309, 1952.
- CÂNDIDO, A. The brazilian family. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. **Brasil, portrait of half a continente**. New York, NY: The Dryden Press, 1951.
- CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **La cohabitación en España. Un estudio en Madrid y Barcelona**. Madrid, 1988.
- COHN, G. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo, SP: T.A. Queirós, 1979.
- DADURAND-B, R. **Le couple: les transfomations de la conjugalité**. Familles D'hier, Familles D'aujourd'hui. Quebec, Canadá: Institut Quebecois de Recherche sur la Culture, 1990.
- D'INCAO, M. A. Amor romântico e família burguesa. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo,

SP: Contexto, 1989.

DIXON, R. Late marriage as non-marriage as demographic responses: are they similar? **Population Studies**, London, v. 32, n. 3, p. 449-466, 1978.

DURHAM, E. Sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.

DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. In: GIANNOTTI, A. (Org.). **Os pensadores**. São Paulo, SP: Abril, 1978.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1977.

FLANDRIN, J. L. **O sexo e o ocidente**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: o cuidado de si**. São Paulo, SP: Graal, 1985.

FREITAG, B. **A teoria crítica, ontem e hoje**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

GALLOIS, C.; JONES, E. Spouses impressions of rules for communication in public and private marital conflicts. **Journal of Marriages and the Family**, Minneapolis, v. 51, n. 4, p. 957-967, 1989.

GNACCARINI, J. C. O rapto das donzelas. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1989.

GODUWIN, D.; SCANZONI, J. Couple consensus during mar joint decision-making: a context, process, outcome model. **Journal of Marriages and the Family**, Minneapolis, v. 51, n. 4, p. 943-956, 1989.

GOLDANI, A. M. Família, trajetórias individuais e mudanças demográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1990.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

HEILBORN, M. L. **Homossexualidade e conjugalidade igualitária**. 1992. (Mimeo).

HELLER, A. **História y futuro. sobrevivirá la modernidad?** Barcelona: Península, 1991.

\_\_\_\_\_. On being satisfied in a dissatisfied society. In: \_\_\_\_\_; FERENC, F. **The posmodern political condition**. Cambridge: Polity Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Teoria de los sentimientos**. Barcelona: Fontamara, 1985.

\_\_\_\_\_. Every day life, rationality of reason, rationality of intellect. In: \_\_\_\_\_. **The power of shame: a rational perspectiva**. London: Routledge and Kegan Paul, 1984.

HERTH, H.; WRIGHT, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1971.

HÖPFLINGER, F. Changing marriage behaviour: some european comparison. **Genus**, Roma, v. 41, n. 3, p. 41-64, 1985.

KERKHOFS, I. Individualização e secularização são as principais características do homem Europeu Contemporâneo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 03 jan. 1993.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1983.

LAZO, V. G. C. A. **Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte**. 1991. 246f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, SP, 1991.

LECLERQ, J. **A família**. São Paulo, SP: EDUSP, 1968.

LEITE, M. M.; MASSAINI, M. I. Representações do amor e da família. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1989.

LEITES, E. **A consciência puritana e sexualidade moderna**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

LEMAIRE, J. G. **Le couple: sa vie, sa mort**. Paris: Payot, 1988.

LERIDON, H.; VILLENUEVE, G. C. The new couple: number, characteristics and attitudes. **Population**, Paris, v. 44, n. 1, p.203-235, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: \_\_\_\_\_. **A família: origem e evolução**. Porto Alegre, RS: Vila Martha, 1986.

LOYOLA, M. A. Amor e paixão num grupo de celibatários. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13., Caxambu. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 1990.

\_\_\_\_\_. **Nupcialidade e reprodução no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE/ABEP, 1987. (Relatório de Pesquisa).

MACFARLANE, A. **História do casamento e do amor**. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1990.

MICHEL, A. **Sociologie de la famille et du marriage**. Paris: Puf, 1986.

PARSONS, T.; BALES, R. **Family socialization and integration process**. Glencol: Free Press, 1955.

PIERSON, D. **Cruz das almas**. São Paulo, SP: José Olímpio, 1966.

PRANDI, R. J. **Os candomblés de São Paulo**. São Paulo, SP: Hucitec/Edusp, 1991.

\_\_\_\_\_. Catolicismo e família: transformação de uma Ideologia. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 11, 1975.

QUINTEIRO, M. C. Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares. **Textos NEPO 19**, Campinas, SP, 1990.

RIESMAN, D. **La murchendumbre solitária**. Buenos Aires: Paidós, 1964.

RINDFUSS, R.; VAN VANDENHERVEL, A. Cohabitation: a precursor, to marriage or an alternative to being single? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 6, n. 4, p. 703-726, 1990.

ROUSSEL, L. Marriages et divorces: contribution a une analyse systématique des modeles matrimoniaux. **Population**, Paris, v. 35, n. 6, p. 1025-1040, 1980.

\_\_\_\_\_. La cohabitation juvénile en France. **Population**, Paris, v. 33, n. 1, p. 15-42, 1978.

\_\_\_\_\_. Demographie e mode de vie conjugale au denemark. **Population**, Paris, v. 32, n. 2, p. 339-359, 1977.

SAINT-MARTIN, M. Habitus de classe e estratégias de reprodução. **Reproducción de la Población y Desarrollo**, São Paulo, SP: Clacso, 1983.

SALEM, T. O casal igualitário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 3, n. 9, p. 24-37, 1989.

SAMARA, E. M. Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, n. 13, p. 787-797, 1983.

\_\_\_\_\_. Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 37, p. 17-25, 1981.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: tiranias da intimidade. São Paulo, SP: Cia. de Letras, 1988.

SHORTER, E. **Naissance de la famille moderne**. Paris: Seuil, 1977.

SINGLY, F. **Fortune et infortune de la femme mariée**: sociologie de la vie conjugale. Paris: Puf, 1987.

TOCQUEVILLE, A. **Democracia na América**. São Paulo, SP: Edusp, 1969.

TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1989.

VAUGHN, D. **A separação**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1991.

VILLENEUVE-GOKALP, E. Du mariage aux unions sans papiers: histoire recente des transformations conjugales. **Population**, Paris, v. 45, n.2, p. 265-297, 1990.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo, SP: Cultrix, 1972.

\_\_\_\_\_. Conceptos sociológicos fundamentales. **Economía y Sociedad**, México, Fondo de Cultura Economica, 1964.

## ANEXO

Relação dos entrevistados por classe social, coorte etária e sexo, conforme os recortes analíticos que orientariam a análise empírica. Acrescidos da escolaridade, estado civil e profissão.

### Camadas Altas

#### Mulheres

Sância - 21 anos, cursando o superior, só estuda, solteira  
Teresa - 24 anos, secundário incompleto, dona-de-casa, casada  
Bárbara - 28 anos, superior completo, professora de tênis, união consensual sem coabitação  
Isabel - 29 anos, superior incompleto, dona-de-casa, casada  
Roberta - 39 anos, secundário completo, empresária, casada  
Ilda - 39 anos, superior completo, alta executiva, união consensual com coabitação  
Dorothea - 36 anos, superior completo, jornalista, solteira  
Domitila - 34 anos, superior incompleto, dona-de-casa, casada  
Cida - 50 anos, superior completo, professora universitária, casada  
Belá - 44 anos, superior completo, decoradora, união consensual com coabitação  
Margarida - 49 anos, secundário completo, estilista, divorciada  
Leocádia - 46 anos, secundário completo, butiqueira, divorciada

#### Homens

Junior - 20 anos, cursando superior, só estuda, solteiro  
João - 21 anos, cursando superior, só estuda, solteiro  
Pedro - 26 anos, superior completo, administrador de empresas, casado  
Carlos - 29 anos, superior completo, médico, união consensual com coabitação  
Martim - 39 anos, superior completo, empresário, separado  
Celso - 37 anos, superior incompleto, publicitário, união consensual sem coabitação  
Roberto - 40 anos, superior completo, engenheiro, casado  
Flávio - 32 anos, superior completo, marquetólogo, casado  
Paulo - 46 anos, superior completo, empresário, casado  
Máximo - 50 anos, superior completo, médico, casado  
Sérgio - 42 anos, superior completo, agroindustrial, separado  
Ricardo - 44 anos superior incompleto, união consensual com coabitação

## **Camadas Médias**

### **Mulheres**

Mirna - 20 anos, cursando secundário, só estuda, solteira  
Virgínia - 25 anos, superior completo, dentista, casada  
Sofia - 29 anos, superior completo, jornalista, divorciada  
Beatriz - 27 anos, superior incompleto, dona-de-casa, casada  
Rosa - 38 anos, secundário incompleto, produtora, solteira  
Denise - 39 anos, superior incompleto, professora de inglês, casada  
Conceição - 34 anos, superior completo, professora universitária, união consensual sem coabitação  
Marina - 37 anos, superior completo, animadora cultural, união consensual com coabitação  
Cremilda - 47 anos, superior incompleto, secretária, separada  
Anita - 46 anos, superior completo, professora secundária, separada  
Glória - 45 anos, superior completo, publicitária, casada  
Dulce - 43 anos, superior incompleto, jornalista, casada

### **Homens**

Bernardo - 23 anos, secundário completo, ourives, união consensual com coabitação  
Geraldo - 21 anos, cursando superior, só estuda, solteiro  
Vladimir - 26 anos, superior incompleto, eletricitário, casado  
Antonio - 29 anos, superior completo, agrônomo, casado  
Rui - 39 anos, superior completo, economista, união consensual com coabitação  
Mauro - 34 anos, secundário completo, analista de sistemas, separado  
Augusto - 32 anos, superior completo, micro-empresário, solteiro  
José - 36 anos, superior completo, comerciante, casado  
Mário - 47 anos, superior completo, médico, casado  
Avelino - 42 anos, superior completo, advogado, casado  
Amaro - 47 anos, superior incompleto, gerente de vendas, separado  
Osvaldo - 45 anos, primário completo, fotógrafo, casado

## **Camadas Populares**

### **Mulheres**

Marta - 23 anos, primário completo, balconista, união consensual com coabitação  
Célia - 20 anos, cursando segundo grau, só estuda, solteira  
Cristina - 27 anos, secundário completo, metalúrgica, casada  
Sílvia - 24 anos, secundário incompleto, dona-de-casa, casada  
Patrícia - 31 anos, secundário incompleto, dona-de-casa, casada  
Lúcia - 34 anos, primário completo, tecelã, separada  
Luisa - 37 anos, primário completo, dona-de-casa, casada  
Francisca - 38 anos, cursando supletivo, atendente, separada  
Ernestina - 42 anos, primário completo, faxineira, casada  
Fernanda - 41 anos, primário incompleto, dona-de-casa, casada  
Antonia - 47 anos, primário completo, camelô, casada  
Carolina - 49 anos, primário incompleto, dona-de-casa, separada

### **Homens**

Zeca - 24 anos, secundário completo, metalúrgico, solteiro  
Edson - 22 anos, cursando segundo grau, office-boy, solteiro  
Adriano - 23 anos, primário completo, serviços de escritório, solteiro  
Lucas - 28 anos, primário incompleto, encanador, casado  
Chico - 38 anos, primário completo, motorista de caminhão, solteiro  
Júlio - 35 anos, primário incompleto, camelô, casado  
Diogo - 37 anos, primário completo, torneiro, separado  
Manoel - 50 anos, primário completo, pedreiro, viúvo  
Henrique - 45 anos, primário completo, camelô, casado  
Renato - 46 anos, secundário incompleto, porteiro, casado  
Cláudio - 46 anos, primário completo, vigia de banco, casado